

**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA DE PÓS-DOCTORAMENTO
ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL**

DIVISÃO TERRITORIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO

JOSÉ MANOEL MIRANDA DE OLIVEIRA

**PROGRAMA DE PÓS-DOCTORADO
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS (CES) UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA - PORTUGAL
2015-2016**

RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA DE PÓS-DOCTORAMENTO

ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL

JOSÉ MANOEL MIRANDA DE OLIVEIRA

TEMA:

DIVISÃO TERRITORIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO

Relatório de Pesquisa de Pós-Doutoramento vinculada ao CES-UC, UFT, CAPES, supervisionada pelo Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos, no período de fevereiro de 2015 a janeiro de 2016.

Área de Concentração: Ciências Sociais, com ênfase em filosofia política.

PROGRAMA DE PÓS-DOCTORADO

**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS (CES) UNIVERSIDADE DE
COIMBRA**

COIMBRA - PORTUGAL

2015-2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48d Oliveira, José Manoel Miranda de.
Divisão territorial e democratização do espaço. / José Manoel Miranda de Oliveira. –
Coimbra, Portugal, 2016.
81 f.

Relatório de Pesquisa de Pós-Doutoramento - Universidade Coimbra – Programa de Pós-
Doutorado do Centro de Estudos Sociais (CES), 2015-2016.

Área de Concentração: Ciências Sociais, com ênfase em filosofia política.
Orientador: Dr. Boaventura de Sousa Santos.

1. Identidade Cultural. 2. Território. 3. Desterritorialização. 4. Política. I. Santos, Boaventura
de Sousa (orient.). II. Título.

Exmos. Senhores,

É com muito gosto que venho dar o meu parecer sobre a estadia do Professor JOSÉ MANOEL MIRANDA DE OLIVEIRA, da Universidade Federal do Tocantins, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no período de Fevereiro de 2015 a Janeiro de 2016.

O Professor José Manoel Miranda de Oliveira fez um estágio de pós-doutoramento, sob a minha orientação, em que se dedicou ao tema “DIVISÃO TERRITORIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO”.

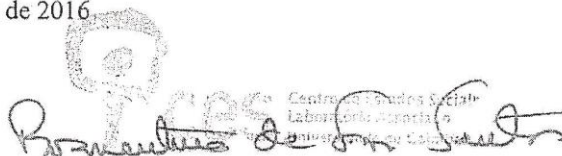
Durante este estágio, o Professor José Manoel Miranda de Oliveira desenvolveu um intenso e muito produtivo trabalho, tal como bem demonstrado no seu relatório. Participou nas atividades académicas do Centro de Estudos Sociais, bem como nas Aulas Magistrais por mim leccionadas. Realizou também, na biblioteca do Centro de Estudos Sociais, pesquisas consideradas fundamentais para a sua investigação.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido no âmbito do seu projecto de pós-doutoramento, preparou vários textos para publicação e envolveu-se em várias atividades de investigação e formação, conforme consta do relatório que apresenta. Ao longo deste processo de participação nas atividades do CES, emergiram importantes contribuições teóricas e metodológicas para as reflexões acerca das temáticas do seu projecto de pós-doutorado.

Não tenho dúvidas em afirmar que o Professor José Manoel Miranda Oliveira desenvolveu uma atividade a todos os títulos muito profícua.

Por todas estas razões, avalio muito positivamente a actividade desenvolvida pelo Professor José Manoel Miranda Oliveira, pelo que é com gosto que informo que concluiu com êxito os trabalhos relativos ao pós-doutoramento, sob a minha orientação.

Coimbra, 15 de Janeiro de 2016


Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Boaventura Sousa Santos



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos declaramos que o Doutor José Manoel Miranda de Oliveira realizou com êxito, entre 4 de fevereiro de 2015 a 3 de fevereiro de 2016, investigação em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra sob supervisão do Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos, ao longo da qual participou em diversas iniciativas organizadas por esta instituição.

Neste sentido, informamos que o Doutor José Manoel Miranda de Oliveira apresentou no CES, no dia 5 de maio de 2015, a comunicação *Fragments da complexidade e dos fundamentos da política educacional*, enquadrada no Seminário Internacional “Diversidade de Saberes Sobre a América Latina”. Mais informamos que o Doutor José Manoel Miranda de Oliveira apresentou no CES, no dia 8 de julho de 2015 o seminário “Território, Comunicação e Poder: Aproximações ao pensamento de Boaventura de Sousa Santos”, em parceria com Inesita Soares de Araújo. Apresentou, ainda, a 28 de outubro de 2015, a comunicação *A Noção de Espaço ENTRE DIFERENTES ESCALAS, TEMPO E INTERESSES* enquadrada no Seminário “Políticas, Cultura e Territorialidades - Noção de espaço entre diferentes escalas, tempo e interesses”, que organizou.

Coimbra, 3 de fevereiro de 2016

A Presidente do Conselho Científico
do Centro de Estudos Sociais



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

(Prof. Doutora Helena Machado)

- [O CES](#)
- [CES Lisboa](#)
- [Eventos](#)
- [Investigadoras/es](#)
- [Núcleos](#)
- [Observatórios](#)
- [Investigação](#)
- [Doutoramentos](#)
- [Formação avançada](#)
- [Biblioteca](#)
- [Publicações](#)
- [Extensão](#)
- [Sala de imprensa](#)
- [Prémios e Bolsas](#)
- [Oportunidades](#)
- [myCES](#)



Pesquisar

Subscriva a CESinforma >
mail

PT | EN

[Voltar](#)

[Nota biográfica](#)

[Qualificações Académicas](#)

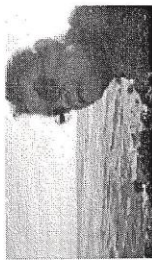
[Docência](#)

[Publicações](#)

[Investigação](#)

[Encontros Científicos](#)

José Manoel Miranda de Oliveira



jmiranda@uft.edu.br
jmiranda@ces.uc.pt
www.ces.uc.pt
www.uft.edu.br

Investigador pós-doutoral do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, vinculado ao Núcleo de Estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (2015-2016), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Doutor em Geografia (UFU), mestre em Educação (UFPE), Bacharel e Licenciado em Filosofia pela (UFG). Professor do Curso de Filosofia da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Membro dos grupos de pesquisa Estudos Filosóficos sobre a Formação Humana e Estudo e Pesquisa Práxis Socioeducativa e Cultural, ambos do CNPQ. Principais áreas de interesse: filosofia do ensino de filosofia, política, sociologia e geografia urbana.



Resumo:

Nesta pesquisa, discutem-se as alterações espaciais determinadas por uma política de desterritorialização e sua posterior territorialização, proporcionada por um conjunto de intervenções técnicas, políticas e culturais, com a finalidade de reconfiguração da noção do tempo e das alterações produzidas no espaço. Essas transformações visavam a modernização das relações de trabalho e consumo em uma região com frágeis índices de competitividade capitalista. Parte-se, então, do universo histórico de conversão das estratégias autonomistas em separatistas, através da massificação de duas linguagens: uma de destruição da cultura tradicional da população do Norte goiano; outra, direcionada à aceitação de uma cultura, caracterizada pelo simbolismo de novos tempos, materializada por uma política de expansão urbana. Todas essas fases foram importantes na construção da análise das práticas de consolidação territorial e do poder dos migrantes. Tudo isso ocorreu no momento em que as pretensões autonomistas de Teotônio Segurado foram convertidas em um conjunto de estratégias separatistas. Daí a importância das teorias de Boaventura Santos (1988, 1999, 2004, 2013 e 2014), no momento em que o poder e a política local, nacional e internacional passavam por diversas crises de natureza territorial, econômica e cultural. Nessa direção, os contrapontos para as discussões sobre o que ocorreu no Norte de Goiás foram estruturados no contexto dos debates em curso sobre a identidade portuguesa, no âmbito do acordo ortográfico entre os países lusófonos e a situação político-cultural de Portugal, após a sua entrada na UE, ambas, tratadas no texto como objetos de desterritorialização.

Palavras-chave: Identidade Cultural. Território. Desterritorialização. Política.

Abstract:

In this research, we discuss the spatial changes determined by a policy of deterritorialization and its subsequent territorialization, provided by a set of technical, political and cultural interventions, with the purpose of reconfiguring the notion of time and the changes produced in space. These transformations aimed at the modernization of labor and consumption relations in a region with fragile indices of capitalist competitiveness. It starts from the historical universe of conversion of the autonomist strategies into separatists, through the massification of two languages: one of destruction of the traditional culture of the population of the North of Goiás; Another, directed to the acceptance of a culture, characterized by the symbolism of new times, materialized by a policy of urban expansion. All these phases were important in the construction of the analysis of the practices of territorial consolidation and the power of the migrants. All this occurred at a time when Teotônio Segurado's autonomous pretensions were converted into a set of separatist strategies. Hence the importance of the theories of Boaventura Santos (1988, 1999, 2004, 2013 and 2014), as local, national and international power and politics went through several territorial, economic and cultural crises. In this direction, the counterpoints to the discussions about what happened in the North of Goiás were structured in the context of the ongoing discussions on Portuguese identity, within the context of the spelling agreement between Portuguese-speaking countries and the political-cultural situation of Portugal, after its Entry into the EU, both of which are treated in the text as objects of deterritorialization.

Palavras-chave: Cultural Identity. Territory. Deterritorialization. Politics.

Agradecimentos

Agradeço ao CES – UC - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pela aceitação do meu projeto de pesquisa e pelas condições dadas durante a minha permanência em Portugal, na pessoa do meu Supervisor Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos e a todas as pessoas que direto ou indiretamente desempenham atividades nos setores de apoio aos pesquisadores visitantes do CES.

Agradeço a Reitoria e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins, pela política de incentivo a capacitação de professores e técnicos da instituição. Em especial, agradeço a todos os colegas do curso de Filosofia, pelo convívio e pela forma em que discutiram o meu projeto de pesquisa, na fase que antecedeu a minha liberação.

Agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do financiamento da Bolsa Pesquisa Pós-Doutoral no Exterior, Edital-Chamada I 2015, Portaria 36/2013.

Agradeço todos os colegas pesquisadores do CES, principalmente aos que tive uma convivência mais direta.

Igualmente, agradeço a minha família pelo apoio e incentivo dado em todos os momentos da minha vida.

Sumário

Nº	Temas/capítulos	Página
01	Introdução	05
02	Os objetos e a construção do método	08
03	Contradições sobre a destruição e construção de espaços de poder	14
04	Noção de espaço entre diferentes escalas, tempo e interesses	17
05	Linguagem e desconstrução de identidades político-culturais	24
06	Divisão territorial e transformação na política	31
07	Estratégias e objetos políticos da criação do Estado do Tocantins	35
08	A lógica de criação de mais um ente federado	41
09	Novas formas de contratualismo e territorialização	48
10	As contradições das estratégias políticas de divisão espacial na produção do conhecimento	52
11	Referências bibliográficas	64
12	Anexos I e II	68
13	Atividades previstas no projeto original de Pós-doutoral	68
14	Atividades desenvolvidas na Pesquisa Pós-doutoral	69

1 Introdução

Este relatório inicia-se pelo processo interepistemológico, pensado a partir da história de construção do conhecimento das sociedades centrípetas, e como esses fatores vêm sendo determinados pela tendência de uma política de (des)territorialização caracterizada por uma visão condicionada, inicialmente pelos colonizadores e, posteriormente, pelos pós-colonizadores ou neocolonizadores. Nessas direções, na atualidade, pode-se dizer que a (des)territorialização avança em todos os espaços, das sociedades colonizadas às colonizadoras e vice-versa. De forma que este processo não se reduz à localização geográfica, mas, sobretudo na condição de poder que uma sociedade passa exercer sobre as outras. Nesses aspectos, as discussões sobre as questões meridional e setentrional entram mais como objetos metafóricos, no momento em que o poder político-econômico e o *saber como* ultrapassam as dimensões cartográficas caracterizadas pela simbologia entre paralelos e hemisférios

Assim, no contexto dos processos de colonização, neste texto, essa questão é apresentada como elementos de (des) territorialização, no momento em que ocorre, conforme Santos e Meneses (2010, 39), “o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle, cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses”. Ainda de acordo com Santos e Meneses (2010), o que se pode observar, na maioria dos processos de (des) territorialização diante das ações realizadas por meio de uma sucessão de intervenções na cultura, na economia, nos costumes e na política, sempre foram utilizados como estratégias de constituição de novos territórios de dominação.

Portanto, para desenvolver a discussão dentro dos paradigmas teóricos propostos, fez-se a permuta das categorias de colonização e pós-colonização pelas contingências de (des) territorialização. Essas alterações foram interligadas aos processos de intervenções localizados ou não em termos geográficos para que as discussões pudessem ser ampliadas para além das estratégias de transformações de espaços, principalmente quando estes não estiverem alinhados a elementos de compatibilidade cartográfica, ou, quando se tratar de escalas de diferentes grandezas. Diante das circunstâncias epistemológicas em que os objetos se apresentam, mesmo estando localizados entre escalas, espaços e territórios diferentes, por isso, optou-se por trabalhar com uma linguagem de (des) territorialização em substituição às definições

das categorias que exigem uma inserção empírica mais pragmática em relação à diversidade das representações simbólicas e espaciais.

A diferença fundamental entre raízes e opções é de escala. As raízes são entidades de grande escala. Como sucede na cartografia, cobrem vastos territórios simbólicos e longas durações históricas, mas não permitem cartografar em detalhe e sem ambiguidades as características do terreno. É, pois, um mapa que tanto orienta como desorienta (SANTOS, 2010, p. 50).

Desta forma, parte-se da ideia de que todo o processo histórico, do qual o continente europeu construiu a sua hegemonia e, em determinados momentos, esse processo facilitou a ocultação do limiar da modernidade a partir da rejeição tácita de ampliação da democracia em todos os espaços e territórios, sem se associar aos interesses e as ideologias liberais e neoliberais, sob a forma de neocolonização, que, nas concepções de Santos e Meneses (2010), ressurgem na forma de fascismo social, e se reproduzem nas mesmas condições de um fascismo controlador para garantir interesses patrimonialistas localizados.

Essa estratégia fez com que alguns países europeus dessem um salto da colonização à pós-colonização, sem passarem pelas contingências dos processos de modernidade em curso. Nesse sentido, além da colonização/pós-colonização a (des) territorialização, pode ser colocada como a terceira forma de justificação dessas intervenções, por serem determinadas por uma espécie de fascismo social que representa a mesma coisa de fascismo territorial. Dessas estratégias emergem lógicas diferenciadas de visão sobre cada realidade, no momento em que a concomitância entre os interesses exige a retirada de todas as barreiras públicas sobre o território para facilitar o controle privada sobre os espaços, dando início aos novos ismos.

Enfim, pode-se dizer que todo processo de colonização, desenvolvido na ótica da (des) territorialização para (SANTOS, 2010, p. 157), “basta recordar que enquanto no conhecimento-regulação, a ignorância é concebida como caos e o saber como ordem; no conhecimento-emancipação, a ignorância é concebida como colonialismo e o saber como solidariedade” (SANTOS, 2010, p. 157). Nessa direção, o texto discute as contradições entre as paráfrases e os silogismos que passaram a definir a compreensão sobre as políticas de intervenção colonial e pós-colonial dentro de uma perspectiva de (des) territorialização, repercutidas nas diferenças entre a natureza da cultura territorial, levando-se em conta as simbologias dos espaços constituídos entre os paralelos abaixo e

acima da linha do Equador, e como esses modos de (des) territorialização repercutem nas dominações efetivadas por meio do conhecimento.

Todos esses confrontos poderiam ser vistos na vontade ininterrupta criada pela mentalidade individualista desenvolvida pela cultura do novo, na construção de estratégias de acesso, manutenção e criação do domínio de uns sobre os outros, preservada pela lógica de transformação de espaços em territórios de poder. De modo que essas estratégias, para serem reconhecidas e aceitas como objetos de destruição ou reconstrução de uma determinada realidade, teriam de ser testadas nos antagonismos, cimentados na constituição de consenso, dissenso e dissuasão entre indivíduos, categorias, classes e movimentos culturais e sociais.

Nessa direção, os elementos empíricos saíram do contexto social e cultural centrados nas lutas separatistas do norte Goiano, no momento em que as políticas nacionais e internacionais passavam por diversas alterações espaciais, econômicas e culturais. Daí a importância em desenvolver as contradições da desterritorialização do Norte de Goiás, citando como contraponto a essa realidade regional, os problemas que a sociedade portuguesa vem enfrentando para garantir a permanência do Estado Português na União Europeia.

Assim posto, para entender o processo de reestruturação de um determinado território, primeiro nos aproximamos das estratégias construídas na política de divisão territorial do Brasil que, direta ou indiretamente, aproximam-se da história separatista do norte goiano. A segunda preocupação foi buscar nas origens da formação das lideranças políticas das cidades situadas às margens da BR 153¹, observando, para isso, como o desenvolvimento dessas cidades acelerou os interesses sobre a divisão de Goiás.

¹ O município de Colinas do Tocantins localiza-se na 5ª Mesorregião Ocidental do Tocantins, sendo a cidade sede da Região Administrativa do Estado. Com a abertura da BR-14, Belém-Brasília (hoje BR-153), houve grande afluência de pessoas, vindas de diversas partes do país para o recém iniciado povoado de Nova Colina, à procura das boas e baratas terras da região, de espaço comercial e empregos. Em 02 de abril de 1962, a Lei Municipal nº 26, da mesma data do Município de Tupiratins, Estado de Goiás, o povoado de Nova Colina foi elevado à categoria de Vila/Distrito, com o nome de Colinas de Goiás. Por força da Lei nº 4.707, de 23 de outubro de 1963, Colinas de Goiás foi elevada a município autônomo, com o mesmo topônimo. Informações disponíveis no sítio: <<http://colinas.to.gov.br/conteudo/historia/175>>. Acesso em: 08 maio 2011.

Por fim, discutir as intervenções feitas por meio de uma linguagem negativa sobre a cultura e as políticas desenvolvidas no norte de Goiás, focando o atraso e a exploração regional, sob a forma de metáforas massificadas junto a população de Goiás, levando-se em conta apenas o contexto local, no momento em que todas as questões estavam envoltas ao processo de globalização em curso. Assim, as críticas foram desenvolvidas à luz das teorias de Boaventura de Sousa Santos de (1988, 2002, 2004, 2007, 2010, 2012, 2013, 2014). Portanto, o problema central deste trabalho é construir uma teoria que possa servir de base para discussões sobre os avanços e os recuos proporcionados por políticas de reordenamento territorial, caracterizada como objeto de desterritorialização.

2 Os objetos de construção do método

Diante dos problemas a serem evidenciados, buscou-se nas possibilidades de uma associação metodológica entre as teorias apontadas por Santos (2004) e os objetivos dessa pesquisa, considerando que a produção de conhecimento pode partir de qualquer situação indefinida ou de fatores difíceis de serem entendidos ou problematizados pelo pesquisador, principalmente quando as relações a serem inquiridas fazem parte de um universo que transita entre o esquecimento do velho e o surgimento abrupto do novo, emparelhado entre aspectos de uma cultura colonizadora aos elementos neocolonizadores, em termos, caracterizados como objetos de pós-modernidade. Nesse contexto, a teorização tende a ficar mais complexa diante das alterações ininterruptas produzidas nos espaços, mediante a simplicidade aparente e a complexidade em movimento, perante os aspectos políticos do mundo da vida contemporânea. Por isso, a definição metodológica de uma pesquisa, sempre aparece como algo de difícil solução, diante da heterogeneidade existente e das novidades que surgem no âmbito dessas realidades sócio-políticas e filosóficas.

Diante disso, o objeto inicial desta pesquisa parte-se da compreensão gerada pela violência simbólica concentrada pelas ações reproduzidas pelas categorias: Jeremíadas, expansão urbana, estratégias de poder e (des)territorialização, para posterior discussão dos interesses especificados nas intervenções político-institucionais direcionadas à criação ou expansão de novos territórios de poder.

Assim, conforme Santos (2010), o método é um conjunto de saberes, que depois de reconhecidos, transformam-se em epistemologias que, por sua vez, corroborarão outras teorias, outros discursos, envolvendo conhecimentos da filosofia, da geografia,

da política, da sociologia, enfim, de todas as ciências humanas. A epistemologia, ao ser posta em prática, reproduz intervenções satisfatórias, contraditórias ou desconhecidas. No caso desta pesquisa, foi o conhecimento relacionado ao surgimento de uma nova organização espacial direcionada à uma desterritorialização caracterizada por uma política de reterritorialização, a partir da formação de novas identidades. Por isso, “a resposta, com êxito, à questão da identidade se traduz sempre numa reinterpretação fundadora que converte o déficit de sentido da pergunta no excesso de sentido da resposta” (SANTOS, 2013, p. 139). O excesso de respostas foi uma estratégia para legitimar em curto prazo, o que os povos centrípetos do Brasil e da Europa querem chegar com as estratégias de (des) territorialização.

Desta forma, pode-se considerar o discurso em curso dos líderes interessados nessa reconfiguração territorial, quando afirmavam e permanecem afirmando que o surgimento de uma nova cultura territorial serviria para ampliar a mobilidade de pessoas e de capital, gerando novos postos de trabalho, equipamentos urbanos, ou seja, a construção de uma nova identidade em um movimento de fora para dentro, colocando o novo território no circuito da globalização, por isso, de acordo com (SANTOS, 2010, p. 143), “a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais”.

Considerando que, depois de consumada a (des) territorialização no norte goiano, as estratégias de intervenção se voltaram para a consolidação territorial, política, cultural e econômica, centradas em uma política de reordenamento urbano calcada na emancipação de distritos e na construção de uma cidade para ser a sede administrativa do Estado. Por isso, o método a ser desenvolvido, deveria oferecer uma noção holística sobre a lógica dos espaços e da natureza do problema, mediante o movimento e a natureza social e jurídica caracterizada pelos territórios em questão, em suas múltiplas dimensões históricas que, conforme Santos e Silva (2002), o ato de pesquisar representa um olhar dramático sobre a movimentação social das pessoas, neste caso, falamos da desconstrução da realidade histórica da população (des) territorializada que, de um momento para outro, estava envolta a uma súbita expansão do consumo sem, contudo, alterar a base da produção de mais-valia, considerando que as transformações não ultrapassaram o nível simbólico e efêmero em relação aos níveis de desenvolvimento de um a sociedade economicamente desenvolvida e globalizada em termos urbanos.

São várias as dificuldades que uma estratégia de desenvolvimento e modernização urbanos com base nos recursos da atividade cultural, pode enfrentar. Desde logo, esses problemas decorrem da própria natureza da cultura que, ao mesmo tempo que se urbanizou, se foi globalizando, desterritorializou-se e projetou-se num plano cosmopolita (SILVA e SANTOS, 2002, 423/424).

As movimentações estruturais sobre o espaço, de imediato, alteraram a percepção sobre o poder e possibilitou a ampliação do diálogo do homem comum sobre a política de consolidação do território. Nessa direção, os diálogos foram estruturados na perspectiva lógico-dialética para compreender os efeitos do tempo e do simbolismo desenvolvidos para se obter, inicialmente a transformação, posteriormente, o controle político desses espaços, partindo do interesse que, para Santos (2013), caracteriza-se pelos detalhes da construção de um estado simbólico para depois institucionalizá-lo politicamente e juridicamente.

Considerando que a noção de mudança em termos da produção de poder, segundo Santos (2013), pode ser derivada de duas formas: do trabalho ou da política desenvolvidas a partir da constituição de um discurso lógico-dialético. No caso deste trabalho, a noção de poder, cultura e desenvolvimento tem a finalidade de localização teórica de dois objetivos, primeiro da criação do Estado do Tocantins e as estratégias direcionadas à sua consolidação política; segundo, do processo de (des) territorialização da cultura político-econômica e cultural de Portugal a partir da sua entrada no circuito das exigências da União Europeia, como da resistência ao acordo ortográfico entre os países lusófonos. Busca-se, nas estratégias construídas a partir de uma política direcionada à iniciação e ampliação do consumo das pessoas, principalmente das novas forças de trabalho, que para Santos (2013, p. 198), essa prática reproduz uma satisfação passiva nas pessoas. Por isso,

A docilidade e a passividade dos indivíduos e, sobretudo, dos trabalhadores são obtidos através das formas repressivas de felicidade “oferecidas” à esmagadora maioria da população por via do consumo compulsivo de mercadorias (SANTOS, 2013, p. 198).

A partir desses entraves, a identidade de uma sociedade tradicional, na medida em que esta é destruída, entra em cena, as instâncias de reconstrução imediata, a partir de um conjunto de estratégias de marketing sobre os benefícios da nova terra, como acesso ao emprego e local de morada, sistematizados por uma política de dependência, vistas ao nível do senso comum como a realização, de um sonho, de uma utopia. Por isso, as tratativas metodológicas tiveram como referência a transformação de um espaço

com um movimento lento, em um espaço com abruptos movimentos proporcionando alterações significativas no modo de as pessoas verem o tempo.

Dessa forma, na antiga região norte de Goiás, como em Portugal, o tempo teve uma súbita mudança. Na região norte de Goiás, isso ocorreu com a criação do Estado do Tocantins e, em seguida, essa condição emerge com a expansão urbana do estado e da margem direita do rio Tocantins. Em relação a Portugal, a mudança do tempo e dos espaços foi sendo identificada a partir da entrada do estado português na União Europeia. Assim, nos dois contextos geográficos: Tocantins e Portugal, ambos passaram por um processo de (des)territorialização, no momento em que ocorreram transformações espaciais e culturais acelerando, com isso, os modos de vida dessas sociedades, em termos, as (des)territorializações emergem como formas modernas e eficazes de subordinação e dominação, compreendidas por Santos (2013, p. 199), no momento em que Foucault analisa a eficácia de um processo histórico a partir “dos sujeitos com os poderes-saberes que neles (mais do que sobre eles)” foram exercidos pelos estranhos, no contexto de uma relação construída através de uma linguagem de pertencimento.

No caso em questão, a velocidade das transformações sociais e dos processos produtivos ficaram centrados na diversidade dos interesses de fora, mas, advogando de forma pragmática, a melhoria das condições locais, por meio da introdução e circulação imediata de novos investimentos, deixando para trás as características naturais e culturais das comunidades autóctones e regionais. Na visão de Santos (1988, p. 152), “para as comunidades locais, sobretudo rurais, os costumes locais eram um direito local, uma legalidade de grande escala, adaptada às exigências da prevenção e resolução de conflitos locais”. Para a nova estrutura de poder emanada do Estado do Tocantins, nos primeiros anos, o direito local funcionou como parte integrante de um processo de organização de fatos sociais e políticos, com a finalidade específica de consolidação do Estado e da formação político cultural da nova sociedade tocantinense. Em Portugal, parte do direito foi ampliado para a entrada dos costumes dos países que financiam a expansão da UE.

Na ótica política em curso, essa realidade só seria alterada a partir da conquista da autonomia do território, ou seja, criar as possibilidades para que as

sociedades atingidas pelo capital externo (SAPCE²) conquistarem a sua autonomia política, concomitante ao desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, esse imaginário foi-se construindo em todas as classes sociais, criando no imaginário da população. Nesse contexto, Boaventura de Souza Santos argumenta sobre as novas formas de subordinação caracterizada por ações (des)territorializadoras.

É, sem dúvida, um espaço-tempo com crescente poder conformador, mas a sua eficácia depende em última instância das articulações que entretete com os restantes espaços-tempo. Por sua vez, estes têm uma autonomia própria que lhes advém das relações sociais de âmbito local ou nacional que os constituem (SANTOS, 2013, p. 256).

De forma que essas relações, inicialmente simbólicas, especificadas as necessidades de se criar um espaço para consolidar outro, repercute na configuração lógica das identidades espaciais, considerando que as representações simbólicas e físicas de um território podem ser vistas no momento em que a “identidade do ‘ato’ é o que se deve chamar o ‘conteúdo’”. Isto existe agora e é físico, mesmo quando o objeto não existe, ou é passado ou futuro, ou não é físico” (RUSSELL, 1974, p. 55). Por extensão, aos poucos emergem as dificuldades de transposição do imaginário coletivo de uma cultura para outra, antes, estruturada em uma lógica cultural vinculada à modernidade urbana e na ampliação do consumo. Nessa direção, a realidade a ser conhecida deveria partir de um determinado contexto teórico ou empírico para depois analisar as partes susceptíveis de serem conhecidas ou identificadas por outros ângulos ou enunciados.

A partir das abordagens de uma lógica histórica da realidade constituída e construída, as teorias sobre as lutas separatistas do território brasileiro foram trabalhadas para se conhecer os interesses e contradições geradas pela divisão territorial local em relação aos conceitos de poder, modernidade e transformação postos por Santos (2014), no momento em que surge ‘uma relação dialética entre a totalidade e as partes selecionadas, tal como existe entre as questões relevantes e as irrelevantes’ (SANTOS, 2014, p. 116), durante os litígios, as mudanças de direção são frequentes, nesta explicação reside o universo determinado por uma compreensão mais profunda da realidade a ser inquirida.

² SAPCE é uma sigla criada neste trabalho para identificar as Sociedades Atingidas pelo Capital Externo.

Para estabelecer uma relação com os desafios determinados pelos sucessivos cortes epistemológicos no contexto cultural, filosófico, sociológico e político, no âmbito da reprodução e expansão da civilização, tornaram-se condições indispensáveis para uma compreensão mais ampliada da realidade atual e pretérita da origem de universalização dos interesses locais, regionais, nacionais e internacionais. Para esta discussão, evidencia-se aquelas experiências focadas no processo de ocupação dos espaços, citados por Boaventura de Sousa Santos (2014) como elementos teleológicos da colonização do norte para o sul, em associação com as variáveis incidentes nas relações políticas, econômicas e sociais da história de colonização aos espectros das estratégias de neocolonização.

Assim, “trata-se, pois, de saber em que medida alguns dos elementos da cultura política europeia são hoje patrimônio cultural e político mundial” (SANTOS, 2010, p. 39). Contudo, a história não tem sido o bastante para as elites políticas seguirem um caminho mais eficaz na governança. Em tempo, como nos apresenta Santos (2012), Portugal em relação aos planos financeiro, econômico e político-cultural, formam tempos que se imbricam em relação as sucessivas crises. De forma que a crise financeira vai agravar a crise econômica, no que tange à capacidade de crescimento e ausência de criatividade e ousadia para investimentos, prolongam a crise político-cultural.

Por fim, os objetivos perpassarão pelas semelhanças entre as diferentes formas de separatismos entre regiões, estados, dominação cultural, econômica e política. Todas essas questões estavam envoltas a uma intrincada gama de interesses escamoteadas pela confusão de linguagens utilizadas, dificultando a compreensão da realidade futura pela população, conforme Santos (2013), vista numa perspectiva de neocolonização, mediatizada por passividades e desorganização política da população, que não via outra alternativa senão apoiar a legitimação dos interesses dos estrangeiros, no caso da região norte de Goiás e, em relação à população portuguesa, o entendimento sobre o futuro do pertencimento à UE.

3 Contradições sobre a destruição e construção de espaços de poder

O conceito de espaço, justificado pela categoria existência, analisado no contexto das crises de destruição e criação de territórios de poder nas sociedades iluministas, contradiz a perenidade social justificada na essência do sistema político ao reproduzir um confronto entre a vulnerabilidade da existência e a estabilidade da essência. Contudo, nesta relação de estabilização, é a existência que promove o confronto e a transformação dos sistemas político-sociais relacionados à história de uma ocupação territorial. Nesse contexto, a representação dada pelo fim da essência do inatismo, deixando de ser uma linguagem perenizada ou debelada pela introdução da diacronia do sistema liberal na Europa. Entretanto, após a virada iluminista, especificamente, no momento em que o processo revolucionário burguês transforma-se em um sistema conservador, emergem fenômenos de diversas naturezas, depois que os liberais assumem o estado de forma hegemônica, o poder migra para as cidades³.

A questão urbana a partir da Revolução Francesa, ao mesmo tempo em que fortificou a hegemonia nascente, proporcionou a formação de uma babel política impertinente para a nobreza e para a burguesia em ascensão. Na mesma proporção em que a filosofia iluminista aparece como algo sedutor das liberdades contratualistas, principalmente, no pós-1789, até o momento em que o iluminismo se tornou em um objeto de sustentação e ampliação de parte da hegemonia burguesa. Por isso, a essência positiva notabilizou-se como um pensamento complexo, na definição histórica da simbologia da igualdade, fraternidade e liberdade, caracterizada como um objeto de consolidação do individualismo e das crises geradas pelo sistema de competição e de produção constituídos em sucessivos antagonismos.

Assim, como reporta Carlos (2004), a sensação mais evidente é que o desvendamento da produção, faz com que a noção de espaço transite entre a evolução da linguagem e na forma de visão que cada pessoa passa a ter sobre uma determinada realidade espacial. Um exemplo dessa dialética é a visão que as classes sociais passaram a ter das cidades iluministas enquanto espaço de realização da liberdade e da opressão.

³ O racionalismo que culmina com Descartes acompanha a inversão que substitui a primazia camponesa pela prioridade urbana (LEVEBFRE, 1999, p. 19-24).

Portanto, “uma objetividade que pode ser traduzida na prática socioespacial (real) em seu processo conflituoso, e uma subjetividade que se revela na consciência” (CARLOS, 2004, p. 292) sobre os diversos processos de produção de bens e de acumulação de riquezas.

Em termos políticos, as categorias espaço e tempo foram caracterizadas pelas sociedades burguesas capitalistas como instância de definição das relações de produção e acumulação. Conforme Santos (2007), ideologicamente, o tempo e o espaço, ao serem tratados como objetos empíricos, passam a representar as relações predominantes em sociedades capitalistas, impostas pelas intervenções caracterizadas pelo sistema produtivo, representada pelos espaços urbanos. Por sua vez, “essa condição é explicada por Max Weber a partir das categorias de racionalização ou de cálculo racional” (SANTOS, 2007, p. 67). Daí a primitiva representação do espaço transformado, no entendimento de Kant (1958, p. 36), acontecer em meio a uma “representação a priori e não por meio de um conceito”. Dessa forma, o espaço do então norte de Goiás pode ser entendido de forma simultânea diante das características existenciais das condições urbanas em sociedades que se realizam culturalmente na configuração de um espaço lento diante da forma existencial dos mecanismos de produção capitalistas. Essa era a configuração da produção nos espaços da então região Norte de Goiás. Contudo, para a análise feita para a compreensão das contradições, partiu-se das intervenções nos espaços como objeto gerador de desenvolvimento que leva em conta a construção ou reconstrução de territórios como elementos definidores de desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento só é possível por meio da intervenção humana nos espaços. Em relação a isso, Kant (1958, p. 38) diz que

Não podemos, pois, falar de espaço, de seres extensos, etc., senão debaixo do ponto de vista do homem. Nada significa a representação do espaço, se saímos da condição subjetiva, única sob a qual podemos perceber a intuição externa, quer dizer, ser afetados pelos objetos.

Diante dessa condição, o espaço não pode ser entendido como um conceito meramente abstrato, discursivo ou tangível, mas como uma categoria que define a existência universal e particular das sociedades, pois não há humanização sem uma elaboração *a priori* para uma posterior interferência no espaço. Para Kant, a representação social só é perceptível por meio de uma intuição pura trabalhada e compreendida como um objeto da existência dos fenômenos envoltos ao

desenvolvimento político, social e econômico. Portanto, uma práxis transformadora e geradora da possibilidade para se criar e modificar a essência do espaço em existência. Por isso,

O espaço é essencialmente uno; a variedade que nele achamos, é, conseqüentemente, o conceito universal de espaço em geral, fundam-se unicamente em limitações. Daqui se segue que o que serve de base a todos os conceitos que temos de espaço, é uma intuição “a priori” (que não é empírica). (KANT, 1958, p. 35).

Então, pode-se dizer que o espaço pode também ser representado como uma grandeza matemática ou geométrica diante da sua importância como fenômeno político e social, distinto, caracterizado pelas condições de vida em um determinado espaço. Considerando esses aspectos, no Tocantins, na transformação do espaço em mercadoria ocorreu a negação do espaço como objeto social no momento em que o espaço foi transformado em apêndice para a construção de um poder político e econômico, sem que os ocupantes desses espaços percebessem ou se beneficiassem das transformações em curso. Portanto, no contexto dessa pesquisa, o espaço foi caracterizado como sendo a condição essencial na qual se realiza a consciência sobre as necessidades de transformação territorial a partir das categorias *intervenção*, *divisão territorial*, *urbanização* e *cidade*. Nesses termos, “[...] alguns apregoaram um réquiem para as cidades, em que um tal ‘fim da cidade’ acompanharia inexoravelmente o próprio ‘fim da história’! E, contudo, a cidade ‘move-se’ tal como, ao fim e ao cabo, a própria História!...” (FERREIRA, 2005, p. 63). O tempo foi trabalhado como sendo a representação do momento em que uma determinada ação da consciência se realiza no espaço; o resultado do que ocorreu no espaço em um determinado tempo foi entendido ao que Tucídides, em 424 a.C., denominou de história. Por sua vez, essa história foi discutida por meio das estratégias efetivadas para a consolidação territorial do Estado do Tocantins. Isso fortalece a razão “para continuarmos a discutir a cidade, por mais ambígua e incerta que ela possa ser no momento” (FERREIRA, 2005, p. 63).

4 Noção de espaço entre diferentes escalas, tempo e interesses

A discussão posta por Santos (1988), no texto sobre uma Cartografia Simbólica das Representações Sociais, como prolegômenos da concepção pós-moderna do direito, traz à luz as características da cultura e sua relação com o espaço, numa perspectiva simbólica. A partir dos eixos desenvolvidos na cartografia simbólica surgiu a ideia de situar as relações sociais reconstruídas no Tocantins e suas diversidades espaciais e temporais percebidas a partir das novas representações, configuradas na produção de imagens que serviram para ampliar o esquecimento do tempo passado, ao mesmo tempo em que emerge uma fixação no tempo presente, provocados pelos efeitos da modernização proporcionada pela construção de novos espaços urbanos. Assim, em primeiro plano, pode-se dizer que, segundo Santos (1988), o marketing político de ocupação territorial, ao privilegiar as metáforas do tempo súbito emerso da construção de uma cidade, em uma vasta extensão de cerrado, de imediato, reproduziu um cenário de pós-modernidade.

Essas transformações territoriais, ao possibilitar algo novo na configuração do espaço que, para Santos (1988), é um dos sinais do surgimento de um novo poder, de uma nova identidade territorial, construída por uma lógica, “do desenvolvimento, do desenvolvimento pessoal para a psicologia ao desenvolvimento político para a ciência política, passando pelo desenvolvimento socioeconômico para a economia” (SANTOS, 1988, p. 139).

Os propósitos cimentados no renascimento de um espaço esquecido, entre o objeto social e o fenômeno espacial, reconstruído a partir da formação de novos espaços de consumo, emerso de uma cartografia facilitada por uma visão de modernização do território, representou para as pessoas presentes, uma sensação, determinada por um movimento seguro, direcionado pela realidade de ocupação de um espaço, antes imaginário, fixado por uma linguagem de pregação do atraso perenizado na região, por uma ideologia calcada no compadrio. Essa lógica, reproduziu uma sensação gestáltica do ponto de vista da forma determinada pelo movimento de estilização do espaço e do tempo. Essas sensações, ao serem validadas concomitante ao ato de observar, representaram para os pioneiros da criação de Palmas, um estágio de purificação mental posto na relação entre o real vivido e o simbólico imaginado no âmbito do processo de corrupção dos espaços naturais. Assim se posicionavam a população migrante e a

autóctone diante dos fenômenos das transformações simultâneas do espaço. Conforme Santos (1988), a emergência do espaço é visível em todas as extensões de um território em construção.

Dessa forma, para não reduzir o espaço às relações sociais em curso, as dimensões dos espaços da margem direita do rio Tocantins foram os alvos principais das transformações urbanas, para justificar a linguagem de esquecimento construída em meio ao tempo histórico, ao privilegiar o tempo concomitante, reproduziu uma cartografia imaginária entre os migrantes e a população nativa da região norte. Em relação às críticas de Santos, esse processo ativou uma aculturação com a mesma intensidade que as estruturas colonizadoras reproduzem no pensamento político dos colonizados, no contexto de qualquer desterritorialização.

No contexto da argumentação crítica de Santos (2012), sobre a facilidade e naturalidade que os países ibéricos agiram quando foram colonizadoras, com a mesma naturalidade, aceitam passivamente a colonização imposta pelos países neocolonizadores da Europa centrípeta e em relação aos interesses dos EUA. Por isso, nem sempre é possível descolonizar a identidade imposta pelo outro, pelo estranho, em qualquer contexto, em relação às escalas menores, quão mais fácil é quando se trata de uma população isolada pela ausência de tecnologias modernas, meios comunicacionais eficientes e independentes, ausência da distribuição e consumo de bens duráveis e não duráveis. Enfim, uma infraestrutura capaz de promover alterações financeiras, econômicas e político-culturais. Em parte, mesmo em se tratando de escalas diferentes, de uma região brasileira em relação à realidade atual das sociedades neocolonizadas, pode-se afirmar que era a percepção que os críticos repassavam sobre a situação em que vivia a população da região norte de Goiás. Em termos de escala, pode-se dizer que após a globalização, os problemas de qualquer natureza, local ou regional, deixaram de ser uma questão isolada ou problema de um país, mas de todas as sociedades, principalmente se

tomarmos o mundo como unidade de análise, constatamos que as crises estão globalmente relacionadas mesmo que apresentem diferentes facetas e diferentes intensidades em diferentes países. As facetas são talvez mais numerosas hoje que antes – crise financeira, econômica, política, ambiental, energética, alimentar, civilizacional – e apresentam-se de modo distinto nas diferentes regiões do mundo (SANTOS, 2012, p. 22).

Todas as alterações nos modos de vida da população antiga, a partir da massiva migração para os novos espaços urbanos, fizeram com que a noção de tempo e espaço se transformassem, segundo Boaventura de Sousa Santos (1988), em algo ampliado, levando-se em conta o contexto histórico, político e geográfico, no momento em que a realidade local aparecia como uma entidade complexa, de fácil adaptação, diante do fenômeno do novo, vivido e reivindicado por investidores, políticos, migrantes e população autóctone. Por outro, se o que estava posto, em termos de estrutura, atendia a população migrante, para a população local, os conflitos foram dirimidos a partir do acesso às novas tecnologias e das possibilidades de mobilidade social, propiciadas pela implantação dos setores públicos e privados. Todos esses componentes alteraram a relação da população com o tempo e o espaço, diante das intervenções físicas e simbólicas relacionadas aos modos de vida em curso, nas últimas décadas, na região.

O desenvolvimento das tecnologias da produção, da informação e da comunicação fez com que se criassem simultaneidade temporais entre pontos cada vez mais distantes no espaço, e este fato teve papel estruturante decisivo, tanto ao nível da prática social, como ao nível da nossa experiência pessoal (SANTOS, 1988, p. 140).

Ainda conforme Santos (1988, p. 141), “são vários os modos de imaginar e representar o espaço. Dentre eles, seleciono os mapas e, nestes, os mapas cartográficos. Parto deles para analisar um fenômeno marcante do Estado e das sociedades”. No caso desta pesquisa, o interesse parte do entendimento sobre a concomitância tempo-espaço, caracterizada nas intervenções efetivadas para consolidar o território da região norte, em uma vasta extensão de terras compostas de rios, riachos, lagos, lagoas, veredas, florestas de cerrados, agricultores de subsistência, criadores de gado, comunidades extrativistas das reservas de palmeiras, pequis; etnias indígenas, etc., para ampliar a malha urbana da margem direita do rio Tocantins, entre os municípios de Tocantínia, Taquaruçu e Porto Nacional. Parte-se da comparação feita sobre os mapas e o ethos caracterizado nas novas normas e costumes, após a criação de instituições públicas dos três poderes no âmbito das diversas instâncias do estado, no momento em que o espaço passou a ser outro, como observa Santos (1988, p.142) “um curto-circuito entre o hoje e o amanhã, uma suspensão do tempo que cria espaço para espaço”.

Entre as variáveis postas para discutir o poder, nesta parte da pesquisa, aborda-se a relação entre a ortografia utilizada pelos países lusófonos e o conceito de território, listado como objeto de referência, o acordo celebrado entre os países de língua

portuguesa, e as resultantes produzidas entre intelectuais políticos em cada situação em particular. Levando-se em conta o objeto desta pesquisa, interessou-nos os aspectos mais próximos da destruição de determinados costumes linguísticos particulares a cada especificidade local, nacional e internacional. Por isso, entende-se que nos casos em curso, na pesquisa, foram denominados por processos territoriais em movimento, diante das necessidades culturais, políticas e econômicas determinantes para a unificação da língua portuguesa escrita, historicamente falada na Europa, América do Sul, África, Ásia e Oceania. No contexto das alterações propostas, para os críticos em favor da manutenção da tradição ortográfica, o acordo, ao mesmo tempo que beneficia, promove uma interferência direta na identidade cultural de cada país.

Em termos teleológicos, a crítica ao acordo ortográfico, se confrontado com qualquer estratégia de divisão territorial, ambas reproduzem uma desterritorialização perceptível ao nível de qualquer intervenção empreendida pelos dois segmentos: a) do lado de alguns países lusófonos, cria-se a sensação de perda da identidade cultural, no momento em que as estruturas de poder, para se globalizarem, promoveram o acordo de unificação dos costumes da língua portuguesa entre os 12 países da comunidade lusófona; b) confrontando as intervenções linguístico-culturais dos países lusófonos e os objetivos ligados às tradições político-culturais, observa-se duas situações: uma sobre os interesses que uma desterritorialização proporciona a uma determinada região, diante do pragmatismo emergente em busca de uma nova territorialização. Assim, de um lado estão as estratégias para a construção de uma nova identidade cultural, de outro, a formatação de novas formas de inclusão propiciadas por um processo de territorialização.

Nesse emaranhado de interesses da união ortográfica, as maiores resistências estão dentro da comunidade portuguesa, ao permanecerem divergindo sobre as mudanças propostas. Um dos fatores que mantém essa linha de pensamento, estão os que temem que a alteração no formato da língua poderá resultar em perdas histórico-antropológicas, oscilando entre as pequenas e as grandes alterações no bojo do acordo.

Situando o contexto de Goiás, coloca-se a tradição territorial no âmbito do poder das antigas oligarquias e das remanescentes, que viam na desterritorialização da região norte, uma forma de intervenção muito radical na cultura goiana, localizada nos espaços, que a partir de 1989, foram transformados no Estado do Tocantins. Assim, em relação aos processos de desterritorialização,

No entender de E. Durkheim, não se pode, na verdade, esquecer «as relações particularmente estreitas que unem toda a sociedade política ao solo que ela ocupa», pois ‘a sociedade de que somos membros é antes de mais, para nós, um território definido’ como grupos sociais bem diferenciados, uma pluralidade de famílias e de agrupamentos profissionais, com um corpo de tradições que lhe são próprias (FERNANDES, 1988, p. 100).

Considerando que é dentro do território que as ações estratégicas se realizam para transformar, construir ou destruir espaços de poder. Nesse sentido, qualquer interferência, principalmente as de natureza simbólicas, aparece como as mais representativas, pois os objetos simbólicos emergem como pontos de partida para as transformações políticas e físicas no âmbito dos espaços. Por isso, a resistência ao acordo ortográfico, por parte de alguns países lusófonos, emerge das suspeitas sobre a amplitude da destruição que o acordo ortográfico poderá acarretar ao contexto local e regional.

Assim, a perplexidade é com a amplitude da destruição, pois esta poderá não ficar restrita aos objetos simbólicos, mas abranger toda estrutura cultural, diante das relações de poder estabelecidas, direta e indiretamente, nos espaços em que as alterações se sucedem. Por isso, para Boaventura (2013), a razoabilidade indica que não é possível identificar qual o território mais ou menos beneficiado por uma intervenção de natureza física ou simbólica.

Mas, pensando na perspectiva de uma ampliação da representação da língua portuguesa no mundo, estrategicamente, transparece que todos os lusófonos ganharão com essas transformações; contudo, ao analisar pelo lado das identidades culturais, todos perdem, principalmente Portugal, pelo fato de ser o espaço mais perenizado, por ser o nascedouro da língua portuguesa, por isso, as frações mais tradicionais temem pela alteridade gerada pelo acordo entre os lusófonos. Em outra direção, ao analisar as estratégias de desterritorialização de uma cultura, com objetivos voltados para a posterior territorialização de um poder político, diferente das estruturas anteriores, na visão de Fernandes (1988, p. 100), “a análise do poder político, para além do espaço, deve atender igualmente às coordenadas temporais. Raphael Draï sustenta, efetivamente, que ‘os processos políticos estão inscritos no tempo’”, portanto, históricos, passíveis de mudanças.

Ainda em relação a Portugal, há controvérsias sobre as vantagens reais da sua inclusão e permanência na UE (União Europeia), diante dos desníveis econômicos e

sociais reproduzidos nos países menos competitivos em relação a atual centralidade econômica da Europa. Essa diferença proporciona um desmonte nas estruturas do Estado e das organizações empresariais predominantemente nacionais. Então, pode-se dizer que os países periféricos ao capitalismo Europeu, ao entrarem para UE – União Europeia sem um lastro tecnológico e econômico suficiente para não gerar um endividamento voraz e com retorno previsto em curto ou médio prazo, por sua vez, vem reproduzindo uma sensação de desterritorialização dos interesses nacionais em favor dos neocolonizadores, para isso, considera-se o histórico das crises de Portugal, a partir dos aspectos colocados abaixo:

Todas as outras passaram a ser determinadas por estas. E isso estreitou enormemente o campo da política centrista, transformada num jogo de meras variações de pormenor sobre um mesmo discurso acerca da dívida e do modo de afrontar. Para o centro, a dívida é o que é e a única forma acertada de lhe fazer face são as chamadas reformas estruturais, disfarce linguístico de cortes de direitos e de transferências – diretas e indiretas – de rendimento do capital para o capital (PUREZA, 2015, p. 95).

De um lado, essa desterritorialização, inicialmente psicológica provocada pelo acordo ortográfico, não sendo bem assimilado, poderá transformar em um problema de natureza simbólica e ideológica de difícil solução; do outro lado, as questões não resolvidas com a entrada do país na UE, na medida em que o processo de empobrecimento econômico se acentua, a crise conduz a uma sensação de desterritorialização no âmbito de todas as classes sociais e categorias de profissionais, reproduzindo “um tempo de crise e de transição, crise econômica, social e política, particularmente óbvia no caso das potências que fomentaram a primeira fase da expansão europeia. No caso de Portugal, a crise implica mesmo a perda da independência” (SANTOS, 2010b, p. 192).

Contudo, em relação a sociedade portuguesa, essa desterritorialização não vem proporcionando práticas revolucionárias consideráveis dentro e fora dos movimentos sociais, exceto algumas produções acadêmicas, que sobrepõem a “fragmentação e globalização da produção e da despolitização e da naturalização dos imperativos econômicos” (SANTOS, 2013, p. 204).

Em certo modo, esse desmonte das condições territoriais de Portugal, vem sendo discutidas a partir de uma ideologia que transita entre a passividade e a progressista, em relação à globalização e à centralidade econômica dos países ricos. Sobre as questões, Boaventura Santos (2013) especifica que as crises em curso mexem profundamente com

as correlações de forças, tangenciando para um rol de estratégias de desterritorialização, por meio da confusão ou indiferenciação entre produção e reprodução do capital pelos países centrípetos.

A luta por argumentos proporcionados será, contudo, difícil. Em grande medida essa dificuldade reside em que o regresso à nossa territorialidade ocorre no momento da emergência de um novo desterritório, a Europa da UE e do Ato Único Europeu. O discurso e a prática da nossa integração na Europa comunitária e a reprodução de imagens de centro que suscitam correm risco de produzir novas desproporções na avaliação da nossa contemporaneidade. E será tanto mais assim quanto o Europacentrismo for a outra face do lusomerdismo. Tem razão João Martins Pereira quando afirma que a integração na UE parte “da total desconfiança nas energias e capacidades nacionais” (SANTOS, 2013, p. 79).

O objeto de discussão entre diferentes espaços e contradições, referenciadas a partir de uma associação causal sobre desterritorializações espaciais ou simbólicas, podem oferecer explicações sobre processos ampliados de inclusão ou exclusão da identidade político-cultural local, em relação às exigências de uma economia colonizadora. Para Pureza (2015, p 132-133), “a lógica da coisa reduz-se a uma simples feçada: ‘para podermos recuperar, temos que nos afundar primeiro’. É a versão apocalipse now da promessa de acalmia dos mercados que iria ser trazida”, seguindo essa lógica da crítica de Pureza (2015), o enquadramento stricto senso de um país, à atual tendência do capitalismo liberal, de imediato, o maior problema fica por conta da perda da identidade social e da própria autonomia da nação. Entretanto, a forma em que são colocadas as exigências do sistema financeiro neocolonizador, na ótica de interesse do capital, são colocadas como tábula de salvação, por meio da ampliação da produção e reprodução de bens de toda natureza. Em termos da moral do capitalismo, as crises, em sua maioria, reproduzem uma linguagem caracterizada por um “fogo redentor que queimaria os preguiçosos, os ineficientes, os corruptos e nos deixaria, no fim, uma sociedade pura” PUREZA, 2015, p.133).

Procurou-se, nesta parte da pesquisa, os elementos que pudessem oferecer uma lógica discursiva entre as diferentes escalas postas. Assim, as análises poderiam sair da linearidade existente nos objetos de uma cartografia sistêmica, para uma discussão ampliada para o âmbito de uma cartografia diacrônica, que pudesse oferecer uma abertura discursiva entre a definição de escala local, regional, nacional, transitando para a esfera internacional.

Assim, as discussões sobre uma desterritorialização regional poderiam, em termos da lógica de uma cartografia discursiva, ser desenvolvida, tanto para as estratégias de ampliação da cultura e da economia através da unificação ortográfica entre lusófonos, como para um processo de desterritorialização da capacidade político-cultural de um Estado, neste caso, Portugal, a partir das crises do capitalismo global e do perfil de gestão pública em curso nas últimas décadas. Todos esses fatores, auxiliam na reprodução de uma sociedade desorganizada politicamente. Em termos da diacronia das escalas, essa condição gerou uma sensação idêntica ao que a população do Estado de Goiás ressentiu com a desterritorialização da região norte, por isso, as experiências vividas pelo povo português, nas duas formas de desterritorialização, diante das possibilidades de relação entre escalas não lineares, as experiências vividas pelas sociedades portuguesas e goiana, aproximam-se das estratégias de conquista ou ampliação do poder de determinados setores. Contudo, só é possível perceber as contradições, no momento em que as territorializações começam a interferir na identidade cultural, política e financeira das camadas privilegiadas das duas sociedades em foco.

5 Linguagem e desconstrução de identidades político-culturais

Busca-se, no contexto da linguagem desenvolvida, a abrangência direta e indireta das jeremíadas utilizadas para desconstruir uma determinada realidade político-cultural. No caso dessa pesquisa, os objetos detectados fazem parte das estratégias desenvolvidas para fins de uma desterritorialização. Nessa direção, entende-se ser importante estudar como um conjunto de tradições se perdeu abruptamente diante de uma linguagem de reestruturação dos espaços urbanos e rurais, na então região norte do Estado de Goiás.

Assim, através de uma linguagem voltada para a destruição de uma cultura tradicional, estuda-se o processo de desconstrução da importância das cidades tradicionais da margem direita do rio Tocantins, em favor das cidades novas que emergiram entre a margem esquerda do rio Tocantins e a rodovia Belém-Brasília. Uma das pistas geradora dessas transformações, pode ser creditada ao desenvolvimento econômico das cidades proporcionado pela mentalidade político-empresarial trazida

pelos migrantes. Dessa mentalidade, surgem novas lideranças com um discurso de mudança das práxis político-cultural existente na região; entre essas novas lideranças estava Siqueira Campos⁴.

Depois da chegada de estranhos a algumas cidades que emergiram ao longo da BR 153, em pouco tempo, os costumes locais passaram por sucessivas modificações diante da aceleração da especulação e ocupação dos espaços urbano e rural, estrategicamente montado para gerar uma expansão demográfica, determinada por uma forte política de atração ao migrante. O aumento rápido da demografia foi significativo para as mudanças na região, ao proporcionar uma cultura desenvolvimentista por meio das experiências, da ousadia e do apoio dado pelo poder público. Na esteira dessas relações, aos poucos, os estranhos, em um curto espaço de tempo, conseguiram impor uma linguagem de destruição da cultura local e, na mesma direção, construir novas relações culturais direcionadas a reterritorialização do poder regional

As objetivações das estratégias construídas pelos migrantes materializaram o discurso contra as formas do poder até então exercido nas comunidades e nas cidades nortistas. De forma que a ocupação dos espaços físicos e simbólicos funcionaram como um objeto político determinante para os estranhos construírem uma base capaz de rivalizar politicamente com os estratos tradicionais da política goiana, até se tornarem hegemônicos na região. Assim, a primeira estratégia foi conquistar parte das representações políticas nas bancadas legislativas de Brasília e Goiânia. Para isso, no primeiro momento, se candidatavam ou financiavam as eleições municipais, utilizando como estratégia, a construção de novas ideias, novos espaços e uma nova simbologia de velocidade do tempo, calcado no desenvolvimento da região, facilitada pela presença do interessado direto ou da alteridade determinada pelo *outro*, caracterizada na figura de prepostos.

Um dos objetos mais eficazes para o desenvolvimento dessas estratégias, iniciou com a fragilização nas estruturas de poder exercidas na região, associada às caricaturas difundidas sobre a cultura e a política da sociedade nortista, focando a relação entre a modernidade e os costumes das cidades mais tradicionais. Essas ações, diante da ausência de correlação de forças, aos poucos foram absorvidas pelas

⁴ Como Colinas se tornou município, foi eleito vereador e o mais votado, no dia 03.10.1965. Eleito Presidente da Câmara Municipal, em 01.02.1966, ao tomar posse prometeu lutar pela criação do Estado do Tocantins (MARTINS, 2004, p. 55).

comunidades, como elementos de superação do atraso material e político. Todas essas inserções, além de dificultar a percepção sobre os rumos que essas estratégias estavam tomando, corroboraram para que as jeremiadas dos estranhos avançassem rumo a ocupação dos postos-chaves, nas estruturas dos poderes executivo, legislativo, judiciário e nas organizações privadas da região.

A competência do discurso e a violência simbólica definiram o grau de abrangência de cada jeremiada, em relação aos interesses da população pela desterritorialização em marcha através de diversas etapas. A primeira agindo na desterritorialização da cultura goiana predominante na região norte. Em seguida, transformar a linguagem jeremiada em um marketing positivo e sintonizado nas pretensões da divisão territorial, dos grupos de estranhos, mesclados com a participação de lideranças locais, numa clara alusão a universalização dos interesses de cima para baixo. Essa linguagem foi determinada por um discurso de ampliação da cidadania vinculada à criação de um território de poder mais próximo da realidade e das necessidades do povo nortista.

Assim, a exemplo do que ocorreu em outras sociedades, como em Portugal sob o efeito de um pensamento de destruição dos objetos político-culturais existentes, captados no simbolismo erigido na figura de uma jeremiada capaz de interligar a realidade local, regional e nacional ao contexto mundial, conforme Santos (2013, p. 79), “o discurso produzido por este tipo de pensamento, embora internamente diferenciado tem uma matriz própria que foi designada por jeremiada nacional”, na conjuntura das relações políticas de Portugal. Por ser um discurso inicialmente produzido a partir das novidades impostas pela globalização no momento em que o mapa Mundi passava por uma forte reestruturação, o norte goiano estava imerso às lutas separatistas provocadas pelas sucessivas crises político-culturais. Assim, se sucederam as décadas de 80 e 90, do século XX, no norte de Goiás e em grande parte da Europa, incluindo o Oriente Médio.

Na proporção em que avançava o discurso jeremiada, ocorriam os desmontes nas estruturas perenes, não para o surgimento de um novo real, mas deter o controle e retornar a antigas formas de exercício de poder, historicamente praticado na região. O avanço do discurso de desmonte da realidade em curso, teleologicamente estruturado para provocar na população local a aceitação pacífica das estratégias de desterritorialização em curso. De forma que esses discursos deveriam provocar as transformações territoriais, em um menor espaço de tempo, por isso, o alcance da

linguagem demolidora da cultura tradicional, deveria ser alastrada para ganhar adeptos em diferentes localidades. Concomitante ao discurso de decadência, foi estruturado um marketing de progresso e de ascensão individual colocando a universalização das oportunidades como objeto de compensação da história de abandono da região norte de Goiás, para isso, os estranhos advogavam que o território deveria ser competitivo para praticar um capitalismo de mercado, com raízes internas e externas, cimentado em uma crescente especulação fundiária rural e urbana, a ser facilitado junto aos organismos públicos e privados, pelo fato de a região estar inserida na Amazônia Legal Brasileira.

Nesse contexto, o poder econômico e fundiário na região norte refletia nos resultados eleitorais local e regional, através de financiamentos de campanhas direcionadas à eleição de prepostos interligados a interesses externos, por isso, naquele contexto, a melhor forma de ocupação e dominação foi através da disseminação de dois discursos: a) um de desterritorialização materializado nas estratégias jeremiadas de desconstrução de uma realidade cultural e antropológica; b) outro de ênfase no progresso e no desenvolvimento proporcionado pelos benefícios da reterritorialização marcada pela expansão urbana, a partir da ampliação massiva das possibilidades de consumo dentro de uma estrutura de competição capitalista urbana e moderna, aos moldes das condições materializadas em regiões mais densas em população, produção e circulação de mercadorias.

Esses foram os principais elementos de transformação da cultura e dos espaços, proporcionados com a divisão do Estado de Goiás. Esse movimento dentro e fora do novo território reproduziu “dois sentidos do processo: como movimento da produção social, que vai até o fim da sua desterritorialização, e como movimento da produção metafísica, que arrasta e reproduz o desejo numa nova Terra” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 176-177).

De forma análoga, esse processo assemelha-se às teorias construídas por Santos (2013), sobre a forma em que as outras sociedades capitalistas avançadas da Europa e EUA pensam sobre o processo de desterritorialização dos países mais fragilizados em relação ao desenvolvimento capitalismo atual, ignorando parte da história e a sua importância, ontem e hoje, desses países, no cenário mundial. Esse “desconhecimento e exotismo são, pois, temas recorrentes quando se trata de propor uma apreciação global do país e do seu povo” (SANTOS, 2013, p. 59). Em termos, pode-se dizer que, trata-se de um discurso de decadência e de descrença mesmo quando

se projeta uma ideia positiva de uma determinada realidade, de forma que as questões negativas, colocadas insistentemente, fossem capazes de consolidar as estratégias calcadas em um desenvolvimento econômico sistematizado nos seguintes aspectos: exploração territorial, formação de novos espaços de consumo e de legitimação do poder de alguns estranhos, sem a inclusão direta dos autóctones. Em termos, estas foram as estratégias utilizadas pelo grupo que assumiu o processo de divisão do Estado de Goiás.

Com o crescimento acelerado da demografia, esses discursos foram ampliados na direção de minimizar as resistências de alguns municípios da margem direita do Tocantins à divisão territorial. De forma que na medida em que a população crescia aumentavam as possibilidades de criação de outro espaço de poder, com a difusão negativa dos aspectos exóticos da região norte, como a que Santos (2013) argumenta sobre o que se pensa sobre uma questão político-cultural, que geralmente crê-se que o exotismo é a causa do conhecimento ou do desconhecimento do objeto em construção, diante da relativa falta de poder pode permitir a construção de uma hegemonia através de uma linguagem de desconstrução de outra hegemonia ou autonomia político-cultural. Assim, conforme Santos (2010), a excentricidade e o exagero do pensamento centrípeto terminam reproduzindo forças por meio de uma linguagem de repressão disfarçada nos objetos de sua origem e veiculação. Assim, surgiu a UE-União Europeia.

Da mesma forma que a cultura, antes colonizadora, é vista por alguns estranhos, pode-se dizer que o exotismo foi trabalhado para a consolidação dos interesses externos ao Tocantins, a partir das estratégias montadas por parte das representações políticas, econômica e cultural na região norte de Goiás, possibilitou a entrada de investidores com determinados privilégios de informação, para tirarem proveito do baixo custo das terras, como se a região estivesse numa perspectiva de total abandono, diante da linguagem de destruição em curso, ou seja, pela massificação de aspectos negativos sobre o perfil de exotismo nela predominante, principalmente em relação ao contexto político e capitalista.

Neste caso, parte ou grande parte da população foi prejudicada pela ausência de uma especulação ou informação satisfatória para calibrar, de forma mais justa, os preços das terras, diante do desconhecimento da expansão urbana, silenciosamente planejada. A primeira distorção ocorreu com o vazamento antecipado de informações sobre a criação do Estado do Tocantins junto a grupos econômicos e empresários

endógenos e exógenos, o segundo depois que o Tocantins foi criado, o governo provocou suspenses sobre o local a ser escolhido para ser a sede administrativa do estado, outros sinalizados nos processos de desapropriações autoritárias e unilaterais, como se o estado fosse a fração social do processo. Todas essas questões de privilégios nas informações, puderam ser comprovadas a partir da forte migração de interesses econômicos para as grandes cidades e na margem direita do rio Tocantins.

Com a chegada de novos investidores, acelera a especulação de terras urbanas e rurais, principalmente nas proximidades das principais rodovias estaduais, da BR 153, e, da parte tida como a mais esquecida da região. Assim, se processaram as primeiras movimentações de natureza econômica, política e social, proporcionando, de imediato, o aumento da violência no campo e nas cidades diante da súbita transformação da população, de um lado pela forte migração, de outro, pela movimentação da população interna provocada pelo êxodo resultante da venda forçada e desordenada das terras de pequenos e médios produtores. Com a especulação fundiária, inicia-se um ciclo migratório interno e externo, para as maiores cidades e para os espaços onde seria construída a nova sede do poder estadual.

No contexto inicial da divisão territorial, a especulação de terras praticada por particulares e pelo poder público, provocaram graves problemas sociais. Com o êxodo, nem as cidades e nem os antigos colonos e pequenos proprietários estavam preparados para as transformações abruptas em curso. As cidades, em sua maioria, eram desprovidas de uma economia que pudesse suportar e se beneficiar com essas mudanças; por outro lado, essa população não possuía estrutura técnica, profissional e intelectual para ocupar os novos espaços de trabalho, nos setores públicos e privados.

Em termos das estratégias, essas linguagens disseminaram os objetivos de legitimação da fusão dos interesses entre autonomistas e separatistas da região Norte, introduzidas, sucessivamente após as chegadas de estranhos, de forma que o ideário autonomista, na prática, predominou os interesses dos estranhos que era de natureza separatista.

No contexto do pensamento de Santos (2013), a jeremíada que ele difundiu para confrontar os argumentos sobre o que ocorreu em parte da Europa e como essa questão passou a ser tratada na contemporaneidade, sem triunfalismo e sem miseralismo cada um dos então beneficiados pelos objetos verificados nessa expansão territorial reproduziu algo que pode ser trabalhado nas mesmas dimensões das crises criadas para

ampliar a divisão territorial da Amazônia e dos estados limítrofes. Até por que, a defesa sobre a divisão territorial de Goiás foi iniciada no século XIX pelo ouvidor, magistrado e político português Joaquim Teotônio Segurado, com um discurso de autonomia administrativa, em relação ao governo de Goiás, depois de cientificar-se da potencialidade mineradora da região. No século XX, surgem as jeremiadas no âmbito dos discursos de políticos e de empresários interessados na divisão territorial de alguns estados brasileiros.

O autonomismo defendido por Teotônio Segurado proporcionou o surgimento de novas ideias de divisão territorial da região norte em todas as camadas sociais organizadas ou não. Nos estranhos, enquanto figuras dominantes, uma possibilidade real de ampliação da acumulação por meio de novos mercados; na população menos privilegiada, a esperança de construção de um território de inclusão social. Por isso, passaram a entender que a divisão territorial poderia ser a tábula de salvação, contudo, essa pregação foi conduzida até o momento em que os estranhos conseguiram subtrair o poder das oligarquias predominantes, sobre a região norte de Goiás.

Estes fins, iniciados por Teotônio, no Século XIX, levariam à criação de um estado no limiar do Século XXI, legitimados pelas crenças repassadas pelos líderes do movimento, que afirmavam que a divisão e a posterior ocupação das instâncias de poder, associada a migração de capital e pessoas, o novo território estaria apto para atender aos interesses do povo nortense. Para viabilizar essa perspectiva, o primeiro passo dado pelos grupos liderados por Siqueira Campos, foi unificar os discursos da divisão em uma proposta pragmática, envolvendo as organizações da mídia, empresas, a população e as lideranças de Goiás contrárias à divisão territorial.

Então, pode-se afirmar que a construção de um simbolismo de autonomia nos espaços nortistas, iniciados no período em que Dom João VI era o príncipe regente de Portugal, depois essa ideia foi reestruturada pelos estranhos, por meio da difusão de uma linguagem estratégica, determinada por um chamamento salvacionista em meio a fortes intenções pragmáticas, diante da violência simbólica esboçada em relação aos discursos contrários a divisão territorial em curso.

Após a finalização da divisão e a consecutiva criação do Tocantins, o grupo que passou a governar o Estado foi o mesmo que liderou o processo de divisão, contudo, precisava garantir a sua permanência no poder, para isso, desenvolveram as jeremiadas subsequentes, colocando como objeto, as experiências exitosas de criação de cidades

planejadas, para suprir os elementos que faltavam para a consolidação do novo território, buscaram nos processos políticos, econômicos, culturais e territoriais, da criação e construção de Goiânia e Brasília para servir de modelo para o desenvolvimento das estratégias de consolidação territorial do Tocantins.

Assim, parte dos elementos empíricos e teóricos da pesquisa saiu das teorias sociais e políticas centradas nas lutas separatistas do norte goiano para, em seguida, serem associados às teorias de Boaventura de Sousa Santos, no momento em que a política nacional e internacional passava por diversas alterações espaciais, econômicas e políticas. Nesse contexto, algumas partes das estratégias desenvolvidas estavam centradas na transformação de espaços em territórios políticos, voltados para a consolidação de poder. Esse processo, depois de analisado no contexto das teorias políticas de Santos (2013), foram intercalados ao processo de desterritorialização da região norte através da difusão dos interesses e das estratégias desenvolvidas para transformar os espaços do Norte em um território de poder, liderado por intermediários de grupos econômicos externos.

6 Divisão territorial e transformação política

Historicamente, a consolidação do território brasileiro ocorreu a partir do momento em que as elites regionais tomaram conhecimento das correntes mais pragmáticas do Iluminismo europeu. Essa proximidade possibilitou a formação de um estado interventor e corporativista caracterizado pela doutrina de progresso objetivada na ideologia de defesa do território nacional. Nesse contexto, uniam-se hegemonicamente as elites rural e urbana. Porém, as contradições entre os grupos que rivalizavam no poder, giravam em torno dos privilégios que as oligarquias acumularam na República Velha. Em termos, esses privilégios foram mantidos por meio da pregação do conceito escolástico de “vocação” para justificar o potencial das oligarquias regionais na construção da economia nacional, diante da falta de alternativas do país, para suplantar o fluxo do produto interno bruto, dependente do circuito monocultor.

Com isso, a intelectualidade adepta dessa orientação descrevia que “do ponto de vista lógico-histórico, a relação mais elementar seria a da *apropriação dos meios naturais*, aparecendo a superfície terrestre para as sociedades como um celeiro de

subsistência e trabalho” (MORAES, 2005, p. 42), porém, com a capitalização da terra enquanto objeto de acumulação, associado a especulação, formaram as frentes de interesses pela construção de um novo território a partir do Paralelo 13, legitimando-se, dessa forma, a necessidade de ampliação das estruturas de poder calcado nas emergências da produção rural como elemento de sustentação do ideário político-econômico, difundido em diversas correntes do pensamento brasileiro.

Todos esses movimentos podiam ser entendidos como mais uma forma de colonização sócio filosófica de origem europeia, reproduzida por meio de novos e emergentes vieses gnosiológicos das ciências humanas, utilizados para a compreensão e manutenção dos interesses políticos das elites burguesas predominantes no Brasil, apoiadas pelos ideais iluministas liderados por Augusto Comte, derrubaram o Imperador Dom Pedro II e governaram, de forma patrimonialista, até serem golpeados em 1930 por políticos e militares dos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul.

Contudo, para alguns analistas, a Revolução de 30, não passou de um golpe armado, diante da deposição do presidente Washington Luís e o impedimento à posse do presidente eleito Júlio Prestes. Assim, se formaram as bases ideológicas para a estruturação da cultura político-ideológica iniciada da República fundada em 1889 aos anos 1930, com o surgimento da chamada República Nova. Nesta segunda fase, todas as discussões e transformações políticas giravam em torno da geografia moderna, associada aos reflexos da geopolítica francesa. Essa correlação era feita através da “entrada em cena das concepções de Paul Vidal de La Blache e da ‘escola possibilista’, inaugurando uma Geografia humana explícita” (MORAES, 2005b, p. 125). De outro lado, conforme Moraes (2005, p. 125), percebe-se que o prussianismo ratzeliano, aos poucos, foi substituindo a concepção liberal importada da Europa, “bem ao gosto da burguesia agroindustrial paulista que na conjuntura dos anos trinta teme o radicalismo de qualquer matriz” (MORAES, 2005b, p. 125).

Por outro lado, em termos estratégicos, a introdução de novos objetos epistemológicos nas ciências humanas emergiram da preocupação com a geopolítica – inicialmente entre os jovens egressos das academias militares, a partir dos anos 1920, ideologicamente formados à luz do positivismo francês ou do mecanicismo sócio filosófico reproduzido do processo revolucionário, instaurado no contexto da visão teórico-empírica das revoluções socialistas, desencadeadas no século XX, em diversas sociedades. Esses jovens pregavam que o estado brasileiro deveria ser estruturado a

partir do pensamento urbano nas grandes cidades, agregando interesses econômicos e políticos, balizados por uma burocracia militar intervencionista:

A ótica geopolítica vai marcar profundamente o pensamento desses militares gerando nas décadas seguintes uma série de obras que fundem a tradição autoritária com o afã modernizador, no culto ao Estado forte e centralizado como agente de progresso do País. Não se deve esquecer que os “tenentes” de 1930 são, em grande número, os generais golpistas de 1964. (MORAES, 2005, p. 123).

No entanto, além da riqueza das discussões entremeadas por diversas tendências e suas respectivas variações ideológicas, predominavam as correntes do positivismo de cunho intervencionista na sociedade civil e nos aparelhos da sociedade política. Nesse meio, a pregação do desenvolvimento urbano agregado à política de divisão territorial era um dos objetos mais discutidos pelos intelectuais nas diversas fases da República. Nessas discussões, misturavam-se interesses do campo e da cidade, considerando que as elites, direta e indiretamente, sempre estiveram ligadas aos benefícios proporcionados pelo sistema produtivo ruralista. Contudo, não havia posicionamentos contrários à política urbana em curso, diante da estrutura hegemônica voltada para a manutenção das prerrogativas do projeto monocultor na política brasileira, caracterizada nos privilégios do sistema produtivo agrário exportador, com a participação do poder público em todas as fases: da produção à comercialização. Nesse contexto, mesmo com as posições contrárias de lideranças nacionais oligárquicas, os separatistas da região norte de Goiás encontravam ambiente para manter o ideário de divisão territorial, contrapondo o discurso de quebra da unidade federativa, na dialética entre as ações centrífugas e centrípetas que misturavam interesses da burguesia urbana emergente aos interesses oligárquicos penderes para o liberalismo em curso, no âmbito regional e nacional:

O território nacional não se esfacelou, é verdade, pois as elites políticas souberam garantir a unidade territorial e a vigência do domínio do poder central dentro do território brasileiro, derrotando as forças do “particularismo” e da separação. Entretanto, o mesmo não pode ser dito quando se observa o interior do Estado nacional brasileiro, marcado pela existência de mais de uma dezena de movimentos separatistas ou autonomistas, alguns existentes desde o período colonial. Se o Brasil não se esfacelou “para fora” (forças centrífugas) ele fragmenta-se “para dentro” (forças centrípetas). (MARTINS, 2001, p. 265).

Contudo, as intervenções realizadas para fins de divisão territorial faziam parte das estratégias de ampliação ou de criação de espaços de poder. Por isso, a divisão e a ocupação territorial foram utilizadas para fragmentar o poder das oligarquias mais tradicionais que, na ótica dos liberais emergentes, impediam o desenvolvimento da

nação. Entre as condições apontadas para a nação se desenvolver estava a ocupação dos espaços vazios, colocando como uma das causas o fortalecimento da segurança nacional. O processo de divisão territorial foi uma constante em todas as fases, da colônia à República, da Velha República ao Estado Novo de Vargas:

Na década de 1940 o presidente Getúlio Vargas despachou o projeto de criação do estado, elaborado pelo Brigadeiro Lysias Rodrigues para o IBGE. No projeto o território do Tocantins seria criado com a divisão territorial do norte de Goiás e do sul do Maranhão, com a capital em Carolina (MA) ou Pedro Afonso (GO). Entretanto em 1949, a Comissão de Constituição e Justiça da Administração Federal rejeitou e arquivou o projeto. (XAVIER, 2007, p. 46).

Assim, ampliam-se os interesses para a criação, desmembramento ou fragmentação de estados como parte das reivindicações de lideranças não hegemônicas da política regional interessadas na construção de novos espaços de poder. Nesse propósito, “durante o período militar, foram criados, por iniciativa do Poder Executivo, dois estados – Mato Grosso do Sul (1977) e Rondônia (1981), o antigo estado da Guanabara foi incorporado ao do Rio de Janeiro (1974)” (MARTINS, 2001b, p. 267).

Diante dessa perspectiva, as políticas urbanas visavam à mudança nos paradigmas de poder, além do desenvolvimento econômico menos dirigido pelo poder público, mas financiado pelo estado. Com base nessa ideologia, criam-se as condições para a integração das regiões não urbanizadas ao circuito da produção industrial das regiões Sul e Sudeste, em uma lógica de ocupação dos espaços vazios por meio da presença mais ostensiva do estado na defesa da produção dos interesses empresariais. Em 1988, essas questões foram fortemente debatidas no Congresso Constituinte. Uma dessas discussões girou em torno da “proposta dos estados de Tocantins (localizado no norte de Goiás) e do Maranhão do Sul, é o maior controle do monopólio da terra que anima seus autores, com o fortalecimento do aparato repressivo local” (MORAES, 2005, p. 150). De acordo com o pensamento de ocupação territorial passível de ser interpretado no universo das teorias de Santos (2013), quando afirma que toda lógica de convencimento é moldada por uma linguagem persuasiva para criar e massificar uma perspectiva de desenvolvimento calcado numa espécie de utopia local de cunho sazonal, ao reproduzir nos indivíduos uma identidade de “semicegos porque só veem por onde se caminha e não para onde se caminha” (SANTOS, 2013, p. 55).

7 Estratégias e objetos políticos que antecederam à criação do Estado do Tocantins

Em termos históricos, todos os projetos de divisão territorial faziam parte do processo de fragmentação do poder político local, intermediada pela criação de novos espaços urbanos. Nesse contexto, ressurgiu o ideário de consolidação da ocupação da região Oeste institucionalizada pelo Império em 1823. Essa redefinição espacial atendia aos interesses das correntes liberais que defendiam uma intervenção mais efetiva do governo na ocupação de determinadas áreas do território brasileiro para tirar o país do atraso e da dependência das oligarquias regionais. Essas reivindicações, para não despertar controvérsias das frações dominantes, foram associadas às necessidades de segurança interna e externa da nação. Porém, essas ideias escondiam interesses patrimonialistas, políticos e estratégicos. Por outro lado, os argumentos sobre a divisão territorial se concentravam na esfera da defesa e na implementação de uma estrutura de desenvolvimento regional asseverada na democratização e modernização dos espaços.

O poder tende a representar a realidade social e física numa escala escolhida pela sua virtualidade para criar os fenômenos que maximizam as condições de reprodução do poder. A representação/distorção da realidade é um pressuposto do exercício do poder (SANTOS, 1988, p. 145).

Para melhor conhecer os perfis das intervenções processadas para dividir o Estado de Goiás, foram introduzidos alguns pontos da doutrina de segurança e desenvolvimento do território nacional iniciada no fim do período imperial, acoplada ao fortalecimento da economia e do desenvolvimento regional. Nesse contexto, a história separatista do Norte de Goiás foi inicialmente difundida na pessoa de Joaquim Teotônio Segurado⁵, por ele ter sido o primeiro representante do alto escalão da Coroa Portuguesa⁶ na região Norte a manifestar interesse em dividir o Estado de Goiás. A sua

⁵ O norte de Goiás sempre sofreu medidas que freavam o seu desenvolvimento enquanto durou a melhor fase do ouro. Quando do descobrimento das primeiras lavras no sul da Capitania, a Coroa restringiu o escoamento do ouro a um único caminho. Com o surgimento das minas do norte, foi proibida a navegação fluvial, eliminando-se, portanto, a maneira mais fácil e econômica de a região atingir outros mercados consumidores, pelos rios Tocantins e Araguaia. (PARENTE, 2002, p. 171-182).

⁶ Quando foi criada a comarca de São João das Duas Barras, em 1809, praticamente passou a existir dois Goiás: o Rio Araguaia e o atual estado de Goiás, sendo administrados pelo governador e capitão-general de Vila Boa de Goiás; e o Rio Tocantins, pelo ouvidor da comarca de São João das Duas Barras, comarca do Norte de Goiás, ou comarca de Palma. Estava plantada, pois, a semente da sonhada Província do Tocantins e do hoje Estado do Tocantins. Mais ainda, a exemplo do marquês de Pombal, Dom João expedia instruções para se incentivar a navegação mercantil e a colonização das ribeiras do

intenção era construir um novo território de poder para preservar a região de interesses contrários à economia de Portugal. Por isso, coube a Teotônio Segurado desenvolver as estratégias para convencer a Coroa sobre as potencialidades auríferas e as necessidades de se construir um controle mais rigoroso no Norte, no início do século XIX. Nessa direção, Martins (2011) destaca que, em 1810, Dom João VI criou a Cabeça de Julgado da Comarca de São João das Duas Barras, determinando que para ali mudasse o Corregedor Teotônio Segurado, depois de ser informado sobre o fluxo aurífero existente no Norte de Goiás.

Os avisos dados por Teotônio cimentaram as suas relações com Dom João VI. Motivado pelo alerta, D. João elevou a autoridade de Teotônio Segurado na região. No poder, Segurado iniciou uma forte perseguição aos grupos separatistas que tinham pretensões mais ousadas em relação ao circuito de exploração que vinha sendo realizado no território. A região norte de Goiás foi uma das últimas fronteiras do ciclo do ouro no Brasil, nesta fase, a Coroa portuguesa em relação aos seus domínios territoriais, no século XIX, demonstrava a sua fraqueza diante dos problemas políticos na Colônia e na Metrópole.

Com forte presença nos países ibéricos e nas suas colônias da América Latina. A sua excentricidade deriva, em grande medida, do fato de ter ocorrido em países e momentos históricos onde o centro de poder era fraco, procurando esconder a sua fraqueza através da dramatização da sociabilidade conformista (SANTOS, 2010, p. 192).

Por isso, segundo Santos (2010, p. 192), “Toda a América Latina foi colonizada por poderes colonialistas fracos quando comparados com outros poderes europeus que protagonizaram o colonialismo do século XIX: Portugal e Espanha”. Essas evidências demonstram parte do processo de concentração de poder em nível local, regional e nacional das parcelas sociais ligadas direta e indiretamente ao sistema de poder colonizador.

Não obstante, as maiores preocupações dos representantes da Coroa, na Colônia, oscilavam entre uma defesa de autonomia de alguns espaços, transformando-os em territórios de poder para agregar segmentos descontentes ou para promover a expansão dos interesses colonizadores na região. Nessa direção, a região Norte de Goiás

Tocantins. O desembargador Joaquim Teotônio Segurado, ex-ouvidor da Vila Boa, era indicado ouvidor da nova Comarca. (SILVA, 1996, p. 57).

sempre foi tratada como objeto de barganha entre os grupos tradicionais ou entre os grupos em ascensão. Diante disso, Teotônio passou a representar uma ameaça para os grupos de separatistas autóctones que reivindicavam uma ação mais efetiva em termos de autonomia territorial em relação a concentração do poder colonial, por meio dos prepostos da coroa. Pode-se dizer que a luta pela autonomia da região norte de Goiás, no Império, funcionou como um jogo de xadrez que permaneceu competitivo mesmo depois da eliminação das peças de menor representação hierárquica. Neste caso, a simbologia das pedras do tabuleiro representa os enfrentamentos dos militares Felipe Antônio Cordeiro e Xavier de Barros, dos padres Lucas Freire de Andrade, Luiz Bartolomeu Marques e José Cardoso Mendonça.

Com a perda das peças de menor valor hierárquico, a defesa e o ataque passaram a ser executados pelas peças de maior peso no tabuleiro. No Império, o jogo de poder, contra as instâncias constituídas de Goiás, foi conduzido por Teotônio Segurado; no século XX, por Siqueira Campos, ambos: Teotônio e Siqueira Campos utilizaram as mesmas estratégias para destruir ou cooptar o movimento separatista do Norte de Goiás. No Império, as frentes mais ousadas eram compostas por militares de patentes variadas, religiosos do baixo clero e pessoas comuns de diferentes cidades ou vilarejos. Como exemplo, cita-se:

Felipe Antônio Cardoso e Xavier de Barros que eram capitães lideraram uma campanha pela Independência do Brasil, em agosto de 1821, contra o Governo de Goiás Velho (Vila Boa). Com eles estavam os padres Lucas Freire de Andrade, Luiz Bartolomeu Marques e José Cardoso Mendonça. Marcada a data para a concretização do movimento, em 14 de agosto, todos foram denunciados. (MARTINS, 2011, p. 337).

Todos esses movimentos colocavam o poder central em alerta, diante das reivindicações de grupos ou de pessoas isoladas em diferentes lugares e espaços; argumentavam sobre as necessidades de alteração na composição do território nacional da época, a partir de uma política de divisão regional. A sequência de movimentos, de forma mais política, iniciou no Segundo Império, repercutiram intensamente na República Velha até a Revolução Industrial Urbana dos anos 1930, a partir da política de desenvolvimento de Vargas denominada de Marcha para o Oeste. Em termos políticos, essas transformações resultaram na divisão ideológica da sociedade entre os segmentos ligados à indústria emergente e ao sistema de produção agropastoril. A

discordância entre as duas tendências provocou o desmonte de parte do poder de antigas oligarquias. Com isso, o poder local passou a ser constituído por grupos urbanos hegemônicos, reproduzindo uma babel política caracterizada por ideias renovadas e uma ideologia mais próxima de uma democracia mais liberal, transparente e participativa, acelerando as relações de conflito entre capital e trabalho, repercutindo na ocupação territorial e, posteriormente, na política de Goiás. De forma indireta, esses fatores foram referências para a construção das etapas de criação do Estado do Tocantins.

Concomitante às necessidades de transformações impostas por novas formas de ocupação diante das finalidades de criar uma espécie de velocidade na forma de se ver e assimilar o tempo a partir das estratégias de modernização de ocupação dos espaços. Esta nova percepção do tempo, relacionada à criação do Estado do Tocantins pôde ser sentida nos embates políticos entre os queremistas e os contra a divisão. Em seguida vieram as transformações da orla direita do rio Tocantins onde foi construída uma cidade. Em relação a compreensão sobre os espaços locais, regionais, nacionais e internacionais, as alterações no tempo ficaram mais visíveis na última década do século XX quando, conforme Santos (2010), essas transformações propiciaram diversas interrogações acerca do movimento relacionado ao tempo e as mudanças abruptas em espaços urbanos tradicionais e em relação a construção de novos espaços urbanos, como foi o caso de Palmas, no momento da inserção de novas tecnologias de comunicação e transportes, modificaram a forma de se ver e sentir o tempo, aumentando a perplexidade do homem comum em relação aos interesses e ousadias desenvolvidas nas novas formas de ordenamento urbano, onde se celebra escassez e abundância de espaços. A escassez porque os espaços com maior investimento público em equipamento e estrutura urbana, sempre ficam nas mãos de poucos, para garantir a especulação imobiliária. Assim se formaram as principais interrogações no início do novo milênio, na antiga região norte de Goiás e no mundo.

Na orla do tempo, a perplexidade parece ser a forma menos insana de conviver com a dramatização das opções ou da falta delas. O sentimento de urgência é o resultado da acumulação de múltiplas questões na mesma hora ou lugar. Sob o peso da urgência, as horas perdem minutos e os lugares comprimem-se questões (SANTOS, 2010, p. 177).

No mundo inteiro, a migração sempre é compreendida sob vários pontos de vistas, os principais giram em torno de questões político-econômica internas ou externas, desejo de mudança na estrutura social, cultural e profissional. Por isso, no

Tocantins, as estratégias das políticas de migração foram utilizadas para preencher os espaços urbanos e como objeto de consolidação do poder político e econômico. Em parte, não houve avanços ideológicos diante da reciprocidade política exigida dos migrantes, dissipando o poder de reivindicação da sociedade e de parcela da intelectualidade comprometida a espera de cargos fartamente distribuídos nos poderes, diante do nascedouro de um novo território de poder. Essa foi a realidade vivida na região, durante a fase de criação e estruturação do Estado, considerando que na visão de Santos (2013) parte da crise das sociedades e do estado, começa no século XIX com o dualismo entre estado e sociedade civil. Neste aspecto, Santos (2013), através de Gamble (1982) e Hayek (1979), especifica que o estado passou a ser uma realidade artificial, construída dentro de uma concepção universal, com contornos voltados para a identidade político-cultural local, obedecendo a lógica de poder em um determinado território.

O dualismo Estado/sociedade civil é o mais importante dualismo no moderno pensamento ocidental (Gamble, 1982:45). Nesta concepção, o Estado é uma realidade construída, uma criação artificial e moderna quando comparada com a sociedade civil. No nosso século, ninguém melhor do que Hayek expressa essa ideia: “As sociedades formam-se, mas os Estados são feitos” (1979:140). A modernidade do Estado constitucional do século XIX é caracterizada pela sua organização formal, unidade interna e soberania absoluta num sistema de Estados e, principalmente, pelo seu sistema jurídico unificado e centralizado, convertido em linguagem universal por meio do qual o Estado comunica com a sociedade civil (SANTOS, 2013, p. 123).

Em relação ao Tocantins, pode-se dizer que tanto a sociedade como o estado foram estrategicamente construídos, quebrando o histórico mundial dessa relação. Contudo, deve-se considerar que o dualismo entre sociedade e estado, no Brasil, remonta ao que aconteceu durante o surgimento de grupos de intelectuais egressos do meio rural com a finalidade de manter os interesses de frações das oligarquias, reforçada pela histórica predominância do campo na economia brasileira; por isso, as estratégias podem ser caracterizadas em duas vertentes: uma direcionada para os problemas urbanos; outra voltada para os interesses corporativos das oligarquias rurais, sempre interessados em atrair a mão de obra europeia fragilizada pelas duas grandes guerras da Europa.

Em termos regionais, os interesses político-econômico procuravam dissuadir os divergentes, para atender as duas frentes de produção, a urbana e a rural, levando-se em

conta a correlação de forças estabelecidas pelos dois segmentos em relação às táticas de manutenção do poder em curso, no âmbito privado, sob a proteção do estado.

A inserção de tecnologias e o predomínio da população urbana sobre a rural fortaleceram a estrutura capitalista em curso no mundo, consecutivamente, a consolidação dos organismos da sociedade civil moderna, resultando no enfraquecimento do poder das oligarquias. O fracionamento do poder tradicional, exercido pelas oligarquias, provoca o esvaziamento do campo, problematizando a ocupação das cidades com novas correlações de forças entre as relações capital e trabalho.

O resultante dessa reorganização sócio espacial é o aviltamento da violência instituída em torno da ocupação das terras. Com o êxodo, surgem novos contingentes do proletariado urbano para atender ao novo perfil de desenvolvimento capitalista das maiores cidades do Sudeste brasileiro. Na região norte, esses conflitos, em parte corroboraram para o retorno de muitas das práticas, antes utilizadas pela ditadura militar de 1964, com a reorganização político-econômica e cultural do Norte, remanescentes do regime militar retornam ao poder, com a criação do Tocantins. Considerando que, as maiores transformações político, ideológica e econômica tiveram início na última década do século XX. Nesse aspecto, conforme Santos (2010), a mensuração da influência dos movimentos que lutam para implantação de uma consciência globalizada na direção da construção de uma vertente contra – hegemonia capaz de mediatizar uma agenda no âmbito das decisões regionais, nacionais e internacionais.

Todas essas mudanças nos aspectos públicos, conduziram à difusão de uma linguagem político-institucional com impactos nos processos de exclusão. No contexto da região norte de Goiás, os níveis de exclusão podem ser relacionados à desterritorialização e à forma utilizada para a reterritorialização da população autóctone do Tocantins, em relação aos grupos que defendiam a autonomia da região norte, diante das políticas de repasses de verbas, para as estruturas urbanas e rurais, corroborando a manutenção do poder vigente.

8 A lógica de criação de um ente federado

Os movimentos interligados à idealidade da divisão territorial, difundida a partir dos interesses de parcela das elites regionais associado ao capital externo, visavam à transformação de territórios vazios de ocupação, em novos espaços urbanos numa perspectiva de desenvolvimento social acoplada a interesses internos e externos de investidores e políticos. Conforme justificção do Projeto de Lei Complementar n. 187, de 1978, apresentado pelo Sr. Siqueira Campos:

Alentado em minha luta, em favor da criação do Estado do Tocantins, por uma nova e unânime manifestação de apoio da Assembleia Legislativa de Goiás – aliás, a quinta nos últimos anos – volto a pleitear a concretização deste ideário no Congresso Nacional, agora com muito mais entusiasmo, eis que definitivamente convencido de que não estou a defender uma causa ou um ponto de vista isolado senão que fazendo-o com o respaldo – mais do que autorizado – do povo goiano. (ROCHA, 1998, p. 14).

Todas as justificativas colocadas nos sucessivos projetos de leis ou nos discursos proferidos dentro e fora do Congresso Nacional continham fortes apelos às autoridades constituídas de Goiás. Essa massificação proporcionou manifestações de apoio informal de deputados goianos. Contudo, o mais importante para os defensores da divisão era validar esses apoios na forma de premissas. Para isso, apostou na difusão de uma linguagem lógica de universalização, tomando como objeto proposições informais proferidas por políticos, como se fossem esses o desejo da população goiana. Esse discurso, se enquadrado nas proposições assertivas e negativas da lógica aristotélica, reproduz uma falsa ou apressada validação de uma proposição particular como uma verdade universal. Para isso, foram transformadas vontades ou omissões de alguns (neste caso, dos deputados de Goiás) como uma verdade lógica universal envolvendo a sociedade goiana, por meio de um silogismo categórico. Coloco como exemplo os argumentos que se seguem:

Todos os deputados são representantes eleitos por uma sociedade.

Os deputados da Assembleia Legislativa de Goiás foram eleitos pelos eleitores de Goiás.

Todas as ações desses deputados representam a vontade e o interesse de toda a população de Goiás.

A divisão territorial do Estado é uma necessidade dos políticos do Norte.

Então, conclui-se que o apoio informal dos deputados torna-se dispensável à realização de uma consulta específica à população para legitimar a divisão territorial de Goiás, junto à Assembleia Nacional Constituinte.

Esse argumento foi engenhosamente construído de acordo com os poderes de Goiás e do Congresso Nacional pelo grupo que reivindicava a autonomia política do Norte. O respaldo à iniciativa era construído por meio de duas situações inusitadas: a primeira, pela omissão, considerando a máxima popular sobre “quem cala consente”; a segunda, pela aprovação informal de parte ou até da maioria dos deputados estaduais, principalmente às vésperas de eleições. Todas essas movimentações ocorreram próximas às eleições de 1986. Assim, considerando o fator político-eleitoral, teve-se o apoio ostensivo das empresas de comunicação com sucursais na região, interessadas em ampliar os territórios de domínios das concessões. Diante dessas estratégias, poucos foram os representantes da região sul ou norte a manter as convicções contrárias à divisão por temor às repercussões dessas posições junto ao eleitorado, exceto os grupos remanescentes das oligarquias.

Assim, em todos os espaços midiáticos, a divisão de Goiás era veiculada como uma coisa boa para os nortistas e melhor para os sulistas, que ficariam com a fatia mais rica e mais estruturada do território goiano. Por outro lado, uma parcela significativa do Congresso Nacional apoiava a criação do Tocantins, incentivada pela possibilidade de haver uma troca diante da pretensão de diversas lideranças em estender o projeto de divisão territorial para outros estados e regiões, principalmente para a Amazônia, onde se concentram interesses regionais, nacionais e internacionais. Nessa direção, um dos diretores da maior empresa de comunicação de Goiás, e depois do Tocantins, foi eleito Senador da República.

Contudo, a divisão territorial brasileira, além da vontade política de parcela das lideranças regionais, representou em grande parte os interesses de investidores internos do empresariado brasileiro e de especuladores e investidores externos. Assim, consubstanciada por simbolismos categóricos, os discursos eram realizados por meio de

premissas universais, com conclusões não validadas diante dos enunciados. Com essa linguagem, o Deputado Federal Siqueira Campos apresentava um projeto atrás do outro, todos contendo os mesmos apelos dos aprovados pelo CN - Congresso Nacional e vetados pelo Presidente da República, conforme as mensagens Nº 22, de 1985-CN e Nº 41, de 1986-CN. Depois dos sucessivos vetos, Siqueira Campos se uniu ao também deputado nortista José Freire para juntos ficarem à frente da “Emenda Nº ES-20.793-8, proposta por Siqueira Campos e José Freire, substituindo o Art. 6º, Título X, do substitutivo nº 1 (Título IX do Substitutivo nº 2)” (ROCHA, 1998, p. 129). Nos discursos em plenário e nas comissões, outros deputados faziam a defesa do projeto utilizando conteúdo dos autonomistas. Como exemplo, segue o discurso do Constituinte Bonifácio de Andrada da Bancada de Minas Gerais:

As reivindicações em favor da criação de outras unidades federadas e de novos territórios fundamentam-se em técnicas governativas, que não podemos esquecer e de que nos deveríamos valer, de forma eficiente, nesta hora em que fazemos uma nova Constituição para o Brasil. O Estado do Tocantins é uma aspiração nacional de velhos tempos, não só deste século como do século passado. Esta Comissão não pode, neste instante, esquecer seus grandes imperativos e suas grandes razões patrióticas, em favor do progresso do Brasil. (ROCHA, 1998, p.132).

Assim, conforme Rocha (1998), ao todo, entre os anos 1970 e os anos 1980, foram apresentados sete projetos de leis complementares na Câmara e no Senado nos anos 1978, 1983, 1984, duas tentativas em 1985, outro em 1986. Após o veto ao projeto de Lei Complementar originado no Senado de número 13, de 1986, Siqueira Campos apresentou o Destaque nº 1/187 à Emenda nº ES-20793-8, apoiado pelo Deputado José Freire, do qual originou o Estado do Tocantins em 1988.

Com a união entre Siqueira Campos e José Freire, ficou caracterizada a parceria entre os partidos opositores no Congresso e no Estado de Goiás quanto à conquista da autonomia nortista. Durante as votações, os constituintes que se inscreviam para falar enalteciam as necessidades de divisão do Estado de Goiás para que o Tocantins fosse criado, colocando a aprovação do projeto de criação do novo estado como uma questão nacional. Diante da envergadura que as discussões tomaram, foi criada uma comissão para analisar as propostas de redivisão territorial do país em tramitação no Congresso Nacional, envolvendo os três poderes da República:

Composta com cinco membros indicados pelo Congresso Nacional, cinco pelo poder Executivo e um pelo Supremo Tribunal Federal, para apresentar estudos e anteprojeto de redivisão territorial do País, apreciando, preferencialmente, as propostas de criação dos Estados do Tocantins, de Santa Cruz, do Triângulo, do Maranhão do Sul, do Juruá e do Tapajós, bem como o referente ao restabelecimento do Estado da Guanabara e o da transformação dos territórios de Roraima e Amapá em Estados. (ROCHA, 1998, p. 174).

Nesse contexto, após as análises, a Comissão só recomendou as alterações territoriais na região Norte do Brasil e de Goiás. Outro passo estratégico para a celeridade do processo sem passar pelo plebiscito e para fugir das contendas entre quemistmas e não quemistmas foi a aprovação dos resultados da consulta popular realizada em Goiás, mais a deliberação da Assembleia Legislativa, favorável à divisão, no lugar do plebiscito, que deveria ser realizado junto à população de Goiás. A consulta foi realizada por diversos organismos interessados e engajados na institucionalização da autonomia do norte de Goiás consubstanciada nos “Art. 30, 438 e 446 – Após resultado favorável de consulta popular, fica criado o Estado do Tocantins” (ROCHA, 1998, p. 176). Estes foram os principais passos tramitados na Constituinte de 1988, voltados para a criação do Estado do Tocantins.

Com a criação do Estado do Tocantins, os interesses despertados durante as lutas pela divisão do Estado de Goiás, aos poucos, foram se materializando. A implantação do novo estado foi pautada por intervenções públicas direcionadas à iniciativa privada. Com isso, o governo entendia que além de promover o progresso da região, instituía a presença do Estado e da iniciativa privada na então região Norte de Goiás. A criação do Estado do Tocantins ocorreu no momento em que o sistema capitalista transitava entre os princípios liberais e os neoliberais, numa clara tentativa para sucumbir o estado de bem-estar, na maioria dos países europeus; por isso, no Brasil, o Tocantins serviu de laboratório para a privatização de empresas públicas⁷. Conforme Penna (2002), nos anos 1980 a inflação atingiu patamares devastadores; para alguns economistas, a causa era debitada nas desastrosas interpretações desenvolvimentistas feitas à luz das doutrinas de Keynes. Outros, mais ortodoxos,

⁷Pelo fato do Estado do Tocantins ser de criação recente, o governo se aproveitou da frágil correlação de forças de uma sociedade em formação para privatizar as empresas de energia, água e a universidade pública do Estado, com a justificativa de ampliação das oportunidades de investimentos e ampliação da prestação de serviços à sociedade.

debitavam a crise da economia brasileira aos possíveis resquícios deixados pelo Plano de Metas instituído por Juscelino Kubistchek, no final dos anos 1950:

Diante dos desencantos, Campos não deixa de reconhecer que “a infraestrutura brasileira teve uma formidável modernização” no governo JK, ao qual ele próprio serviu. Não aceita, contudo, que estradas e capitais tenham qualquer coisa a ver com as outras. Afirmando que Brasília é “a mãe de todas as inflações”, Campos insiste num argumento que se tornou banal. Brasília teria sido a principal responsável pelo fenômeno que devastou e empobreceu a nação. (PENNA, 2002, p. 382).

Diante do contexto das críticas de Roberto Campos, se a construção de Brasília foi o objeto gerador das sucessivas crises econômicas do Brasil, pode-se inferir à construção de Palmas, um dos elementos geradores dos sucessivos problemas de endividamento público do Tocantins.

Por outro lado, durante a estruturação dos aparelhos de estado, o governo também se preocupou em associar uma identidade do “novo” a uma concepção forçada de progresso com ações voltadas para a estruturação e a consolidação do Estado do Tocantins, sem levar em conta a crise financeira do país e do sistema capitalista como um todo. Mesmo com os problemas econômicos em curso, o primeiro governo do Tocantins desenvolveu uma política massiva de emancipação de distritos, dentro de uma visão de ampliação do território de poder e a partir da formação de novos quadros para o fortalecimento da base político-partidária, do surgimento de dezenas de novas cidades, sem atentar para as necessidades mínimas para o funcionamento, diante das precárias situações urbanas em grande parte dos povoados emancipados. Havia uma grande facilidade para se criar municípios, pelo fato da definição de cidade no Brasil ser diferente de muitos outros países. A maioria das emancipações de distritos era realizada para atender aos interesses políticos e econômicos.

Assim, a definição do que é cidade passa estritamente pela localização administrativa do município: “A definição brasileira de cidade é estritamente administrativa. Toda sede de município é cidade, e pronto. Mesmo que só tenha quatro casas, nas quais residem três famílias de agricultores e uma de madeireiro (caso de União da Serra)” (VEIGA, 2005, p. 73-74). Essa delimitação é uma das heranças do Estado Novo mantida pela Constituição de 1988.

Com a expansão desordenada da urbanização, o governo transformava povoados do meio rural em cidades. Todas as emancipações realizadas entre 1989 e

1991 foram efetivadas para consolidar o território do Estado do Tocantins, durante o mandato tampão do primeiro governador eleito. No bojo, havia o interesse do governo em aumentar os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para contrabalançar a fragilidade econômica do Estado e dos municípios, principalmente os menores e os novos. Com a expansão urbana, o governo criou uma categoria forjada em pessoas (líderes locais), atrelada a um poder público municipal sem nenhuma capacidade para se sustentar pela receita local.

Concomitante à expansão urbana, o governo instituiu uma campanha para incentivar a migração; por outro lado, deu início à privatização de empresas públicas e à expansão da malha rodoviária estadual. Em seguida, veio a construção de hidrelétricas e pontes. Em paralelo a esses projetos, discutiu-se a criação de uma cidade para ser a capital definitiva do Estado, segundo uma política de fortalecimento do poder político por meio da ocupação dos espaços vazios na parte central do Estado.

Por conseguinte, o governo, intermediado pelos novos espaços urbanos, criados e expandidos, possibilitou uma ampliação do território por meio do desenvolvimento vinculado a diversas intervenções. Nessa direção,

por qualquer ângulo que se absorve o problema, observa-se que existe, segundo os diferentes modos de produção, matrizes diferenciais do espaço, pressupostas exatamente pelas formas de apropriação e de consumação histórico-social do espaço” (POULANTZAS, 1985, p. 113).

Condicionou-se a ocupação dos espaços à ossatura do estado, ao poder imaginado dentro de uma estrutura autocrática. Conforme Moraes (2005, p. 16),

As formas espaciais são produto de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias. (MORAES, 2005, p. 16).

Por isso, as interrogações foram concentradas nas intervenções promovidas para criar, construir e consolidar o território do Tocantins por meio da urbanização, definida por uma política determinada pela “ideia de coesão, baseada no consentimento legal e na crença cultural do pertencimento” (LEITE, 2004, p. 43).

Essa noção de pertencimento, construída no pioneirismo dos migrantes que chegaram nos primeiros anos da criação do Estado do Tocantins, foi motivada pelas expectativas de encontrar um espaço promissor em emprego, moradia e um ambiente melhor para se viver e se desenvolver. Essas alternativas, de certa forma, eram inflacionadas pela política de cooptação difundida nas campanhas publicitárias, veiculadas nos grandes centros urbanos, especificando a certeza da conquista de espaços físicos, institucionais e simbólicos por todos os segmentos sociais. Essa simplificação da “palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de cômodo no seu interior” (CORRÊA, 2009, p. 15), como se a realidade em questão não fizesse parte do todo em termos de inclusão e exclusão territorial.

Esses foram os pressupostos que definiram as políticas de consolidação nos dois primeiros anos de funcionamento do Estado. Mesmo diante da limitação do tempo, o governo investiu na consolidação da proposta de competição territorial por meio das campanhas de atração a migrantes ao investir na consolidação da proposta de divisão territorial, processo esse intermediado pela construção de uma cidade. Concomitantemente, o primeiro governador procurava consolidar o estado e a sua condição de gestor, apostando na legitimação de uma identidade regional, fixando uma nova memória cultural, argumentando que a cultura da população do território tocantinense não fazia parte dos costumes de Goiás e vice-versa.

Coincidentemente, o Estado do Tocantins, ao ser criado, teve o território reenquadrado na região Norte. As justificativas foram as condições geopolíticas da região centrada na sua estrutura cultural. Por isso, a formação e a ampliação de espaços urbanos foram as principais estratégias de modernização, caracterizada na definição de uma sociedade urbana objetivando a

União pessoal entre os cidadãos do Estado, enquanto titulares da esfera pública política, e os membros da sociedade, pois – em papéis complementares de trabalhadores e consumidores, de segurados e pacientes, de contribuintes do fisco e de clientes de burocracias estatais, de estudantes, turistas, participantes do trânsito, etc. (HABERMAS, 2003, p. 98).

Seguindo as indicações de Habermas, pode-se afirmar que todas as intervenções que foram utilizadas para a construção de uma nova identidade cultural para o território do Tocantins contaram com o apoio da população. Para isso, o governo,

por meio dos canais competentes e disponíveis, estimulava novas manifestações etnográficas, reproduzidas através de uma ideia de pertencimento dos migrantes às esferas de poder e dos espaços.

Em termos histórico-antropológico, a cultura do Tocantins nasce da simbologia, caracterizada por uma política de sucessão de desconstrução e construção de novas identidades. Por isso, a flor do girassol foi transformada em símbolo, estilizado por uma política de exaltação das estratégias de desterritorialização iniciada por Teotônio Segurado no século XIX, e a posterior legitimação por Siqueira Campos, na virada do século XX para o XXI. Para isso, foi importante a presença de migrantes pioneiros para a consolidação definitiva do território, através de um forte discurso de inclusão social seletiva.

9 Novas formas de contratualismo e territorialização

Nesta parte da pesquisa, discute-se os efeitos da globalização nas relações sociais no contexto da imposição de novos hábitos econômicos, partindo do universo epistemológico desenvolvido por Santos e Meneses (2010), mais especificamente quando abordam as formas distorcidas ou ampliadas de contratualismo e de fascismo territorial, no âmbito da convivência entre o mundo ocidental e as novas estratégias de ampliação dos interesses capitalistas e dos espaços de dominação política. Assim, uma das medidas mais eficazes de acumulação ocorreu no momento em que estava em curso as políticas de transformação de espaços em territórios de exploração via trabalho e por meio de ocupação ou transformação territorial. Talvez nesse aspecto, se situam as contradições do contrato e as relações estabelecidas na garantia dos interesses patrimonialistas. As explicações mais detalhadas podem ser encontradas em Santos (2010, 39), quando afirma que a “forma de fascismo social é o fascismo territorial”.

Nestes aspectos, os espaços menos beneficiados foram, também, os mais vulneráveis à (des) territorialização em relação aos fins de um capitalismo especulativo de cunho nacional e internacional. Por isso,

Que atores sociais com forte capital patrimonial retiram ao Estado o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle, cooptando ou violentando as

instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses. Na maioria dos casos, estes constituem os novos territórios (SANTOS, 2010, 38).

Assim, a formação de novos territórios perpassa por uma forte atuação contra os modos de vida local e regional. De forma que a população autóctone fique condicionada a soluções e meios desenvolvidos para a ampliação de uma cultura de consumo; o segundo passo, a sutilidade para abrirem mão da sua tradição para assumirem uma cultura globalizada difícil de ser distinguida como um objeto gerador de interesses que não sejam imediatos. Esse formato, no Tocantins, tornou-se importante para criar um ambiente de credibilidade entre a população local e a pregação globalizada de amplitude monopolista. Na ótica de Santos (2010), na medida em que as estratégias de manipulação vão se desenvolvendo, começam a surgir elementos de um fascismo social disfarçada em uma hegemonia de controle social a partir do domínio dos aparelhos da sociedade política, de forma que as implicações, conscientes ou não, fiquem próximas de uma estrutura que se beneficia ao assumir o controle da cultura à sombra de uma legalidade caracterizada por Santos (2010), como pré-contratualismo e pós-contratualismo funcionando em paralelo sob a forma particularizado de um contrato social. Desta forma,

O fascismo social é a nova forma do estado de natureza e prolifera à sombra do contrato social sob duas formas: pós-contratualismo e pré-contratualismo. O pós-contratualismo é o processo pelo qual grupos e interesses sociais até agora incluídos no contrato social são dele excluídos sem qualquer perspectiva de regresso: trabalhadores e classes populares são expulsos do contrato social através da eliminação dos seus direitos sociais e econômicos, tornando-se assim populações descartáveis (SANTOS, 2010, 39).

Numa situação como essa e reportando a Rousseau, inicialmente dá-se a entender que o homem assume o contrato social depois de ter perdido a sua liberdade natural. Entretanto, com as estratégias de um pós-contratualismo, depois de as pessoas terem se adaptado à liberdade consentida pelo contrato social, surge como passo seguinte a construção de uma nova cultura contratual, determinada por interesses privados para promoverem a desterritorialização das condições culturais e sociais perenizadas em determinadas sociedades. Nesse aspecto, a territorialização em relação ao contrato social, historicamente é uma possibilidade de os seres pensantes conquistarem a prerrogativa para não aceitarem como regra absoluta, a desconstrução

cultural por meio de uma linguagem sincrônica determinada por regras perenizadas, dificultando a reconstrução de novas cláusulas do contrato. Essa condição entra na ótica liberal, como um dos alicerces da democratização a partir dos conflitos realizados pela competição, por isso, o pós-contrato é utilizado para regular os meandros da luta de todos contra todos, que é o fulcro de relação da competição, e sua posterior institucionalizada em aparelhos de coerção.

No entanto, mesmo diante da fortaleza imposta pelas diferentes formas de coerção, a luta não termina diante da supremacia dos interesses das minorias elitizadas dentro e fora dos privilégios mantidos através das relações particularizadas entre coisa pública e privada. Essa relação funciona como um instrumento utópico direcionado a assegurar a regulação das necessidades mínimas em uma determinada sociedade tradicional ou em formação, como a do Tocantins e, como esta relação pode ser encontrada em parte da Europa. Portanto,

A subjetividade e a sociabilidade da Nuestra América não se sentem à vontade com o pensamento institucionalizado e legalista, mas sentem-se à vontade com o pensamento utópico. Por utopia entendo a exploração, pela imaginação, de novos modos de possibilidade humana e de estilos de vontade fundada na recusa em aceitar a necessidade da realidade existente apenas porque existe e na antecipação de algo radicalmente melhor pelo qual vale a pena lutar e ao qual sente ter pleno direito (SANTOS, 2010, p. 191).

Sobre essa submissão forçada, Santos (2010) especifica que no trajeto da construção de um contrato que beneficia mais uma parte em detrimento da outra, corrobora a fundamentação de direitos unilaterais, por isso, podem ser analisados como objeto de fascismo contratual, caracterizado a partir destes elementos, por isso, o fascismo contratual, também funciona como uma forma usual de (des) territorialização. Por outro lado, essa (des) territorialização da universalização do contrato, assim, como são entendidas as críticas às jeremíadas ou aos resmungos de parte da sociedade portuguesa, colocadas a partir das críticas feitas por Santos (2010), no momento em que foca os efeitos da crítica sobre a categoria exótico constituída pelo ethos político português, faz com que ocorra, nas

situações em que a diferença de poder entre as partes no contrato de direito civil (seja ele um contrato de trabalho ou um contrato de fornecimento de bens ou serviços) é de tal ordem que a parte mais fraca, vulnerabilizada por não ter alternativas ao contrato, aceita as condições que lhe são impostas pela parte mais poderosa, por mais onerosas e despóticas que sejam (SANTOS, 2010, 37).

Na mesma direção, para Santos (2010), na medida em que o controle das coisas da vida vai-se transformando em controle sobre as pessoas, surge a necessidade de uma revisão contratual para que a liberdade não seja territorializada a partir de interesses materiais, teológicos ou ideológicos. Por isso, Santos (2010, p. 39) coloca que a “transformação da propriedade tem lugar, muito além da produção, quando a propriedade de serviços se torna uma forma de controlar as pessoas que deles necessitam para sobreviver”. Nesse aspecto, pode-se inferir que a violência reproduzida passa por um processo de desterritorialização ao mesmo tempo em que altera as condições econômicas, estabelece novas relações de poder, a partir do que Santos (2010, p. 40) reporta “como a manifestação mais benevolente do ordenamento regulação/emancipação, traz consigo a lógica da apropriação/violência sempre que estejam envolvidas relações muito desiguais de poder”. Essa é uma das estratégias utilizadas para desterritorializar para, depois, reterritorializar espaços sob novas formas de poder, culturas e modos de vida, que não estejam adequados aos capitalistas globalizados. Assim, numa posição contra hegemônica, por isso, os “movimentos e lutas são animados por um *ethos* redistributivo no sentido mais amplo da expressão, o qual implica a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos” (SANTOS, 2010, p. 42).

Por outro lado, Santos (2010) indica que um dos objetos de superação dessa compreensão, passando de um estágio de conhecimento para outro, encontra bases consistentes na ecologia de saberes, no momento em que, “o impulso básico que a faz emergir resulta em dois fatores. O primeiro é o novo surgimento político de povos e visões do mundo do outro lado da linha como parceiros da resistência ao capitalismo global” (SANTOS, 2010, p. 47). Assim, as intervenções podem ser de natureza material quando ocorre uma ação de territorialização ou de natureza simbólica, reproduz uma nova desterritorialização, por isso, o pensamento abissal torna-se presente em todos os matizes de confrontação.

Como produto do pensamento abissal, o conhecimento científico não se encontra distribuído socialmente de forma equitativa, nem poderia encontrar-se, uma vez que o seu desígnio original foi a conversão deste lado da linha em sujeito do conhecimento e do outro lado da linha em objeto de conhecimento (SANTOS, 2010, p. 47-48).

Então, pode-se dizer a partir de Santos (2010) que uma das premissas básicas da ecologia de saberes é possibilitar o entendimento de que todos os conhecimentos

possuem limites internos e externos. Os internos dizem respeito aos limites que as intervenções sobre o real que permitem. Os externos decorrem do reconhecimento que evolui das intervenções que ao serem conhecidas, reproduzem outras formas de conhecimento. Então, ao gerar outro conhecimento, este, ao ser eleito ou distinguido como hegemônico, faz com que os limites desse conhecimento sejam algo interno. Portanto, o “uso contra hegemônico da ciência moderna só é possível através da exploração paralela dos seus limites internos e externos como parte de uma concepção contra hegemônica de ciência” (SANTOS, 2010, p. 48).

10 Contradições das estratégias políticas de divisão espacial na produção do conhecimento

Procura-se, nesta parte do texto, discutir os aspectos políticos que produzem o monopólio do conhecimento por parte de determinadas sociedades e como as sociedades que tem a sua cultura ignorada ou açambarcada reagem a esta coerção histórica-social. Segundo, aproximar das estratégias utilizadas pelas sociedades que confiscam o ethos ou deixam de reconhecer determinadas culturas. Terceiro, localizar as reações esboçadas pelas sociedades tratadas como subalternas no plano cultural-científico. As distinções entre os objetos cartográficos relacionados a grandezas de cada espaço foram arguidos, levando-se em conta os aspectos de colonização e pós-colonização/neocolonização, na linguagem do texto foram desenvolvidos como elementos de (des) desterritorialização local, regional, nacional e internacional, por se tratarem de espacialidades incongruentes do ponto de vista da representatividade cartográfica.

Portanto, para desenvolver a discussão dentro dos paradigmas teóricos propostos, fez-se a permuta da categoria de colonização e pós-colonização pelo processo de (des) territorialização. Essas alterações foram interligadas às intervenções para possibilitar as discussões sobre as estratégias de transformações de espaços, quando este não estiverem alinhados aos elementos de compatibilidade cartográfica, ou seja, quando se tratar de escalas de diferentes grandezas. Diante da circunstância em que o objeto se apresenta, para facilitar o desenvolvimento de uma discussão envolvendo escalas, espaços e territórios diferentes, optou-se por trabalhar com uma linguagem de

(des) territorialização em substituição às definições das categorias que exigem uma linguagem mais pragmática do ponto de vista da representatividade simbólico espacial.

Desta forma, parte-se da ideia de que todo o processo histórico, do qual o continente europeu construiu a sua hegemonia e, em determinados momentos, esse processo facilitou a ocultação do limiar da modernidade, diante dos resquícios da colonização impregnada nas ações das elites dirigentes da coisa pública ou privada, criando, nas concepções de Santos e Meneses (2010), uma forma de fascismo social nas mesmas condições de um fascismo territorial, em relação aos interesses patrimonialistas que na contemporaneidade, define-se como pós-modernidade, as sociedades que não querem a participação do estado no controle do território para não dificultar a realização dos interesses privados em curso.

Essa estratégia fez com que alguns países europeus dessem um salto da colonização à pós-colonização, sem passarem pelas contingências dos processos de modernidade em curso. Nesse sentido, além da colonização/pós-colonização a (des) territorialização, pode ser colocada como a terceira forma de justificação dessas intervenções, por serem determinadas por uma espécie de fascismo social que representa a mesma coisa de fascismo territorial. Dessas estratégias emergem lógicas diferenciadas de visão sobre cada realidade, no momento em que a concomitância entre os interesses exige a retirada de todas as barreiras públicas sobre o território para facilitar o controle privada sobre os espaços, dando início aos novos ismos.

Enfim, pode-se dizer que todo processo de colonização, desenvolvido na ótica da (des) territorialização para Santos (2010, p. 157), “basta recordar que enquanto no conhecimento-regulação, a ignorância é concebida como caos e o saber como ordem; no conhecimento-emancipação, a ignorância é concebida como colonialismo e o saber como solidariedade” (SANTOS, 2010, p. 157). Foi nessa direção que o texto discutiu as contradições entre as paráfrases e os silogismos que definiram a compreensão sobre as políticas de intervenção colonial e pós-colonial dentro de uma perspectiva de (des) territorialização entre as culturais meridionais e setentrionais, levando-se em conta uma simbologia entre os hemisférios ocidentais.

10.1 Aspectos histórico-políticos de produção do monopólio do conhecimento

Os aspectos ideológicos de dominação por meio do conhecimento reproduzem uma sensação de que o mundo só pode ser pensado a partir de determinadas teorias, métodos e ciências. Dessa vertente, nasce a ideia da pós-modernidade determinada por uma demasiada forma de exclusão sobre o conhecimento produzido ou cultivado pelas sociedades centrifugadas pela predominância dos interesses centrípetos. Assim, pode-se dizer que, de acordo com Santos (2010), a descrição posta pela modernidade ocidental fez para si mesma, a reprodução de uma medida de grandeza geométrica, inicialmente entre as frações colonizadas, depois, em torno da própria cultura setentrional, nesse universo, ao mesmo tempo em que oculta “a descrição que dela fizeram os que sofreram a violência com que ela lhes foi imposta. Essa violência matricial teve um nome: colonialismo” (SANTOS, 2010, p. 25).

Todos esses fatores, depois de serem interligados aos processos de dominação político-cultural, passaram a gerar uma condição de pensamento de mão única, ou seja, uma condição racional e científica originada da produção das sociedades tidas como centrípetas e pertencentes aos espaços setentrionais. Essa condição sempre fez parte de uma violência que nunca deixou de ter um perfil colonialista. Assim, conforme Santos (2010b), o processo de auto-representação da modernidade ocidental geradora do colonialismo e do pós-colonialismo “foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo, um historicismo que envolve tanto a teoria política liberal como o marxismo” (SANTOS, 2010, p. 25).

A questão levantada acerca da questão meridional e setentrional reporta ao que Santos (2010) diz sobre os fundamentos teóricos construídos a partir de uma abordagem pós-colonial, diluindo as fronteiras entre as críticas e as diversas formas de realização da política. O que prevalece, nesse contexto, é o predomínio do pensamento elitista liberal que transforma o conhecimento ou as formas de construção do saber em uma condição política mediante a coesão hegemônica estabelecida em espaços e territórios de superação da modernidade. “Portanto, o problema é o de saber se o “pós” em pós-moderno significa o mesmo que o “pós” em pós-colonial. Ou seja, trata-se de saber qual o sentido e os limites de uma crítica radical da modernidade ocidental” (SANTOS, 2010, p. 25).

Nessa relação, prevalece quem tem o lastro corrente das ciências reprodutoras de tecnologias voltadas para a transformação da natureza em produto. É interessante ressaltar a evolução dos lastros financeiros e econômicos, do sal ao *saber como* da

atualidade, dentro dos aspectos de geração e acumulação de conhecimentos, por isso, podem também ser tratados como processos de açambarcamento ou demarcação de territórios de validação do conhecimento. Assim, as críticas acadêmicas sobre o colonialismo e o pós-colonialismo não deixam de ser práticas conscientes ou inconscientes envolvendo duas questões: uma de submissão às tática setentrionais, uma vez expressada em possíveis reconhecimentos entre os que produzem teorias e fazem parte das sociedades meridionais; uma forma de ver a sua versão científica ser discutida e difundida em diversos espaços e territórios com os mesmos fins, conscientes ou não, reproduzem diversas formas de (des) territorialização entre as culturas caracterizadas como meridionais, pelas culturas setentrionais predominantes, por isso, a ação não deixa de ser um objeto de centrifugação do saber.

A colocação da categoria (des) territorialização para a construção dos elementos críticos sobre a divisão do conhecimento científico em epistemologia do Norte e do Sul, transforma o conhecimento em um objeto ideológico. Todas as contingências da modernidade conduzem o entendimento para reforçar a supremacia do Norte, que neste trabalho fica caracterizado como território setentrional e, ao mesmo tempo, as crises levam a crença de submissão da cultura do Sul, no trabalho caracterizada como território meridional, como algo subalterno. Assim, pode-se dizer que essa divisão se iniciou com as descobertas da modernidade e permanecem como referências até a nossa contemporaneidade. Contudo, mesmo não havendo superação desta cultura, criam-se sorites para darem conta dessa passagem, por isso, a sustentação foi efetivada através da construção de uma linguagem lógico-simbólica.

Em relação a este processo, Santos (2010) afirma que em ambos hemisférios: Sul e Norte, a legitimidade cultural se firma no momento em que os espaços ideologizados da modernidade permitem a formulação de críticas sobre essa cultura, inclusive a autocrítica sobre a colonização e pós-colonização, envolvendo tanto o caráter radical de rejeição como o da submissão, pelo fato de não haver clareza nas abordagens de ambas as argumentações, como em relação ao processo de entendimento que recai sobre uma argumentação ideologizada posta em relação ao que se produz e reproduz nos hemisférios. “Em última análise, trata-se de saber se esta crítica pode ser feita a partir de dentro ou se pressupõe e exterioridade das vítimas, daquelas que só foram parte da modernidade pela violência, exclusão e discriminação que esta lhes impôs” (SANTOS, 2010, p. 26).

De outro lado, pode-se argumentar a partir da questão da exterioridade levantada por Santos (2010), e também a partir do pensamento de outros pensadores, “como, por exemplo Enrique Dussel (2000) e Walter Mignolo (2000), preferem falar de transmodernidade para designar a alternativa oferecida pelas vítimas à modernidade ocidental enquanto resistência” (SANTOS, 2010, p. 26). Se a produção for condicionada aos efeitos perenes da modernidade, esta também pode ser alterada no momento em que a necessidade de superação teórico, técnica e metodológica passou a exigir um conhecimento satisfatório às necessidades políticas, financeiras e econômicas, em curso. Daí a necessidade de criação de silogismos para a caracterizar uma ultrapassagem que ainda não aconteceu na realidade, por isso, se seguram em diversas simbologias para demarcar uma possibilidade linguística de superação da modernidade cultural, sócio filosófica, técnica e científica.

Nessa simbologia, aqueles que resistiram ou não se aproximaram dos paradigmas impostos por uma simbologia que define a época e o hemisfério para os que detém a razão do conhecimento, também ficam reféns dos “ismos” linguísticos criados por todos os lados. Então, a partir da ideia de exterioridade, surgem as ideologias de superação da modernidade, incluindo a necessidade de ultrapassagem dos efeitos produzidos pelo colonialismo. Assim, “a ideia de exterioridade à modernidade ocidental é central na formulação do pós-colonialismo” (SANTOS, 2010, p. 26).

10.2 Estratégias de libertação entre diferentes culturas e interesses

As práticas eurocêntricas de colonização, vistas a partir das críticas de Santos (2010), podem reproduzir diversas interpretações de natureza espacial, simbólica e política, diante da profundidade sócio filosófica das argumentações desenvolvidas em relação ao contexto representativo do processo de divisão cultural no mundo ocidental.

Neste caso, pode ocorrer desvios significativos na visão posta sobre essas identidades culturais, se as teorias de Boaventura não forem vistas com a mesma profundidade em que são explicitadas nos textos que tratam da epistemologia do Sul, podem, dependendo da possibilidade de interpretação do leitor ou pesquisador, as críticas encetadas, resultar em previsíveis equívocos, ou meras repetições sobre a argumentação posta. O primeiro desvio pode ocorrer no momento em que o processo epistemológico for entendido como uma divisão meramente geográfica, principalmente quando Boaventura faz as abordagens focando as distorções culturais entre os dois

hemisférios ocidentais. O segundo ponto, acaso seja visto como algo natural, pode reduzir a interpretação a um conjunto argumentativo que expressa de forma abissal, o universo histórico iniciado pela opressão e, posteriormente, uma socialização gotejada dos bens culturais dos colonizadores perenizados sob novas formas de colonização. Por isso, a colonização pode ficar subentendida não como uma opressão consentida pelas diversas culturas, ou, adquirir uma espécie de resignação comiserativa com poucas possibilidades de reversão. Por fim, a possibilidade de enxergar nessas leituras, meros horizontes líricos-utópicos direcionados à uma conquista a partir de uma virada epistêmica, determinada só pela via argumentativa, podendo resultar em uma revolução.

Todos esses caminhos só tornaram cabíveis após as leituras de Boaventura, diante da sua postulação dialético e revolucionário posto em suas teorias. Vejamos, então, o que diz Boaventura sobre a questão. “A minha proposta da construção da emancipação social a partir do Sul e em aprender com o Sul faz com que o pós-moderno de oposição se possa legitimamente conceber como mais pós-colonial do que o pós-moderno (SANTOS, 2010, p. 31). Nessa condição, Boaventura assemelha o conceito de pós-moderno aos elementos que determinam as novas formas de colonização, simbolizados na linguagem descrita para legitimar as culturas tidas como pós-modernas, e, conseqüentemente, as periféricas, ou as que ainda não chegaram aos níveis de exigência definidos pela pós-modernidade. De forma que esses “ismos”, além de reproduzir novas exclusões, criam uma confusão na visão espacial endógena e exógena por parte dos segregados culturalmente, talvez, por isso, a cautela do discurso de Boaventura.

Nesse sentido, Boaventura chama a atenção sobre os rumos identificáveis da sua crítica, no momento em que argumenta sobre as suas origens. “Do fato de ser originário do sul da Europa não se pode deduzir, sem mais, que a minha proposta seja geopoliticamente europeia do Sul. O Sul que serve de base à minha proposta não é o Sul da Europa, mas o Sul global, criado pela expansão colonial da Europa” (SANTOS, 2010, p. 31). Com isso, Boaventura afasta todas as dúvidas sobre os rumos a serem tomados pela sua tese nas tessituras efetivadas no âmbito da epistemologia do Sul. “Não sendo assim, o importante é determinar o lugar geopolítico das teorias a partir dos seus conteúdos e orientações e não o inverso” (SANTOS, 2010, p. 31-32).

Portanto, para não transformar as críticas sobre o que se produz e reproduz nos hemisférios sul e norte, antes, parece ser importante estabelecer novas teorias e novos métodos que possam superar os existentes, caso contrário, o risco de se entrar em uma

análise de discurso partindo de inúmeros silogismos lógicos para sustentar as posições contrárias ou favoráveis. Por isso, Boaventura chama a atenção para que esse processo não se transforme em uma legitimação meramente especulativa. Assim, “doutro modo corremos o risco de reduzir uma disputa teórica a uma questão de sociologia do conhecimento (SANTOS, 2010, p. 32).

A partir desses parâmetros, e considerando que há a possibilidade de transformação de realidade, no momento em que for possível discutir a construção e legitimação do conhecimento fora dos pensadores alemães em diversas décadas do século XX, quando introduziram estabelecer o conhecimento a partir das histórias das ideias extraídas do pensamento de especialistas em sociologia ou como objeto fenomenológico direcionado a construção e reconstrução do conhecimento, como determinantes para a legitimação dos objetos teóricos em qualquer espacialidade social.

Parece ser isto que sucede quando Mignolo afirma a respeito do filósofo e do teólogo da libertação alemã, Franz Hinkelammert, que “pela sua trajetória educativa na Alemanha e a sua trajetória política de muitos anos na América Latina, a posição de Hinkelammert estabelece uma ponte entre a posição de Sousa Santos, por um lado, e a de Quijano, ou Dussel (e também a defendida neste livro) ” (2003:57) (SANTOS, 2010, p. 32).

Nesta visão, pode-se dizer que a produção teórica relativa ao conhecimento e as respectivas validações dependem do contexto histórico e dos níveis de conflitos estabelecidos e sua relevância para quebrar as amarras político-ideológicas em conservação. Diante dessa visão, Santos (2010) explica que tanto as correntes pós-modernas quanto as pós-coloniais vão criticar a visão do conhecimento apresentada pelos críticos que se aproximam da visão epistemológica historicista.

Sobre essa questão, reportamos a Boaventura para entender que toda essa tessitura é mantida por meio de diversas armadilhas dentro de uma visão neo colonizadora, determinada pela figura de linguagem da pós-modernidade. Por isso,

O historicismo é hoje criticado tanto pelas correntes pós-modernas como pelas pós-coloniais. Por um lado, ele impede de pensar que os países mais desenvolvidos, longe de mostrarem o caminho do desenvolvimento aos menos desenvolvidos, bloqueiam-no ou só permitem a esses países trilhá-lo em condições que reproduzem o seu subdesenvolvimento (SANTOS, 2010, p. 40).

A construção social da realidade humana sempre foi um processo complexo de se realizar e de se entender, diante dos fenômenos incidentes em cada sociedade e das condições postas para a construção, legitimação e universalização do conhecimento,

mesmo nos casos em que não estão diretamente em jogo as prerrogativas impostas pelo conhecimento teórico, científico e tecnológico, transformado em objeto ideológico, que pode variar sob dois pontos de vistas, a saber: um que vai de encontro com uma determinada realidade objetiva e alheia aos indivíduos; outra, mais próxima, mas abstrata, subjetiva. Esta última, forma o arcabouço ideológico de sustentação dos inúmeros processos de manutenção e legitimação do conhecimento que é tomado como certo, verdadeiro. Daí nasce as distorções entre a natureza do conhecimento produzido por determinadas sociedades em cada um dos hemisférios.

Mas, contudo, Santos (2010) diz que o poder que emerge dessa concepção está presente em diferentes formas e visões, nas academias ou comunidades científicas, de onde saem as fórmulas de modelagem interna para a opinião pública, deixando poucas dúvidas para se negar esse processo de construção do conhecimento.

Dada a hegemonia desta concepção, presente de múltiplas formas na comunidade científica, na opinião pública, nas organizações multilaterais, nas agências de ajuda ao desenvolvimento e nas relações internacionais, não é fácil responder à questão que formulei e a resposta negativa será sempre a mais razoável. Como atribuir sentido emancipatório às lutas sociais se a história em que elas ocorrem é, ela própria, desprovida de direção no sentido da emancipação social (SANTOS, 2010, p. 40).

Os elementos que melhor se apresentam para superar o que Santos (2010) define como déficit de representação “que é inerente ao colonizador, como bem têm mostrado os estudos pós-coloniais, parece envolver, no nosso caso, tanto o colonizado como o próprio colonizador, o que sugere a necessidade de um pós-colonialismo de tipo novo” (SANTOS, 2010, p. 42). Caso isso não seja possível, essa superação fica mais difícil e a natureza dos estudos produzidos pela concomitância da defasagem entre colonizador e colonizado, tende a permanecer como estudos de resgate de uma identidade ainda não reconhecida, pelo fato de ter sido estrategicamente (des) territorializada. Nessa encruzilhada, como explicita Santos (2010), as sociedades tidas como meridionalizadas permanecerão, todas condicionadas a viver as suas experiências no reverso da experiência de outras sociedades. Contudo,

se esta contingência for vivida com vigilância epistemológica, fundar-se-á nela um novo cosmopolitismo cordial, que não nasce espontaneamente, como queria Sérgio Buarque de Holanda, mas que pode ser construído como tarefa eminentemente política e cultural, trabalhando sobre condições históricas e sociológicas que, não sendo próprias, lhes são propícias (SANTOS, 2010, p. 42-43).

Desde o descobrimento, a América ficou restrita a autoridade do colonizador, após a destruição da cultura autóctone ficou legitimada a dominação, o passo seguinte foi se apropriar dos espaços da liberdade caracterizada como selvagem das pessoas, daí resultou o processo de legitimação da colonização e sua reciprocidade de colonialidade no âmbito da cultura europeia e dos interesses em que se sucederam. Com a perda do domínio sobre os territórios, surge uma nova dinâmica de aproximação pelas vias de uma igualdade de opressão vinda das sociedades que se tornaram centrípetas, não só no contexto da Europa, mas em parte da América do Norte. Historicamente, as mudanças do comando dos aspectos coloniais repercutem mais entre as sociedades que foram precursoras do colonialismo, por isso a necessidade de haver uma unificação entre as frações pós-colonizadas para que juntas possam se fortalecer culturalmente, tecnologicamente, politicamente e economicamente, caso contrário, permanecerão alvo das novas práticas de colonização.

Assim, a trilogia entre as categorias que podem definir os graus de submissão de um conhecimento pelo conhecimento do outro, define o grau de alteridade exposta na força da colonização reproduzida por uma sistematização que pode ser expressada como endêmica diante da consciência emergente ou tardia traduzida no simbolismo abstrato dos povos meridionais, transparece ser algo próximo da realidade histórica que se desdobra nos “ismos” da modernidade figurada nos efeitos simbólicos do pós-colonialismo e no pós-modernismo.

Esse direcionamento cria uma realidade olímpica idêntica ao confronto encetado na visão mitológica para salvar os bem-aventurados da opressão do Olimpo a partir da posse de uma centelha de fogo para simbolizar que o conhecimento não é apenas o que é aceito ou sistematizado pelos deuses. Então, surge nesse trajeto de busca da libertação, a figura de Epimeteu para minar o grau de razão em curso mediante a sua descaracterização como um ser pensante, pleno da sua cognição, pondo em risco o voluntarismo prometeico. Com essa trapalhada, a evidência sobre a divisão cultural no Ocidente fica menos distante, se pensada através do mito de Prometeu e a partir das discussões que vem sendo postas pelos defensores da igualdade ou da supremacia da epistemologia do Sul, no âmbito histórico do que se passa entre os dois hemisférios.

Assim, com a mitologização da realidade do pensamento ocidental, posterior aos descobrimentos emerge a fragmentação do conhecimento a partir dos limites difundidos a partir do mito de Prometeu para colocar nas mesmas condições de

igualdade, os povos telúricos e os que se denominam ou se veem nas mesmas condições dos meridionais. Essa igualdade possibilita aos que advogam em uma aproximação dialógica o fortalecimento da cultura meridional a partir de uma autonomia crítica sobre as ações das culturas dos povos que são, em termos geográficos, setentrionais ou que se tornaram a partir de uma aculturação mistificada aos níveis do que acontece nas relações entre sequestrado e sequestrador especificado nos efeitos produzidos pela Síndrome de Estocolmo.

Diante de tudo isso, fica a interrogação sobre quem fez o maior bem para a sucessão de colonização e pós-colonização entre os dois hemisférios ocidentais: Prometeu com a sua astúcia e sua vontade de libertar os bem-aventurados do jogo cultural do Olimpo; ou a ingenuidade de Epimeteu ao malograr em parte as boas intenções de Prometeu, no momento em que Epimeteu deveria se passar por racional pensante entre os deuses do Olimpo. Para isso, deveria suportar todo tipo de provocação, da libido à fartura de guloseimas, e, entre convivas com deuses jamais imaginados, pela sua condição de mortal, por uma pessoa alheia à cultura predominante naquele território, as guloseimas, podem representar para os povos meridionais a facilidade de acesso à cultura dos colonizadores e sua posterior submissão, como também, uma proximidade para que a supremacia não fique entre os dois hemisférios, por isso está representada por uma força cognitiva possível de determinar a universalização da identidade cultural de alguns colonizadores ou de pós-colonizados.

Nas análises de Santos (2010), fica evidente que a cultura predominante das frações centrípetas do Norte, no momento em que não conseguem realizar a ultrapassagem feita por pensadores pretéritos, ficam restritos aos “ismos” direcionados à cultura, à ciência e ao conhecimento em seu todo. Esta situação predomina como uma neo versão da cultura de dominação hicsa descritas por Manetão de sebenitos sobre a ascensão e queda dos povos que sucederam, ascenderam e foram dominados pela cultura de outros povos da mesma origem ou de migrantes. Diante dessa versão, não podendo aceitar a ritualização do conhecimento, reproduzem-no das mesmas formas a partir de um esforço fixo no sufixo da linguagem científica.

10.3 A lógica de desenvolvimento por meio da criação de novos espaços de poder

Enfim, a lógica de criação e de domínio de novos espaços de poder, no contexto coloniais, caracterizam-se por uma ideologia de domínio e transformação territorial para satisfazer interesses internos e externos, estrategicamente desenvolvidos por um imaginário de construção de um tempo novo, sem uma clara definição espacial. No caso deste trabalho, todas essas estratégias analisadas tiveram como base empírica, a geopolítica dos anos 80 (1980), caracterizada por uma competente logística cultural e territorial. No Brasil, a característica foi a de manter a sociedade sob controle; em outras partes da Europa, a predominância foi a (des)territorialização. No contexto global, tomou-se como referência as análises de Santos (1999, p. 29), sobre os reflexos da “lógica econômica capitalista sob a forma neoliberal e a consequente apologia do mercado, da livre iniciativa, do Estado mínimo, e da mercantilização das relações sociais”, na perspectiva das causas mais vivíveis dos processos de neocolonização territorial a partir da reprodução sistemática de uma epistemologia centrípeta dos países do Norte, ao proporcionar a reificação das ações sociais por meio da difusão de uma linguagem enfatizando a crise e o enfraquecimento político e cultural das sociedades do Sul, como objeto de submissão em favor de uma solução voltada para a perda da identidade e das condições de vida das sociedades meridionais.

No Brasil, pode-se dizer que as mudanças globais e regionais possibilitaram “o fortalecimento sem precedentes da cultura de massas e a celebração nela de estilos de vida e de imaginários sociais individualistas, privatistas e consumistas” (SANTOS, 1999, p. 29).

Nas análises de Santos (2010), fica evidente que a cultura predominante das frações centrípetas do Norte, no momento em que não conseguem realizar a ultrapassagem feita por pensadores pretéritos, raciocinam através dos “ismos” para reconstruir a cultura, a política e o conhecimento em seu todo. Neste universo, predominam as relações de poder a partir da concepção de uma neo versão da cultura de dominação hicsa descritas por Manetão de Sebenitos sobre a ascensão e queda dos povos que sucederam, ascenderam e foram dominados pela cultura de outros povos da mesma origem ou de migrantes. Diante dessa versão, não podendo aceitar a ritualização do conhecimento, reproduzem-no das mesmas formas a partir de um esforço fixo no sufixo de uma linguagem científica caracterizada nos “ismos”.

De outro lado, quando os próprios “ismos” entram em rota de um tempo mitologizado ao reproduzir uma temporalização de natureza constante, emergem as concepções de fim da história, compreendida a partir de Santos (2010), até parece que vivemos em um labirinto sem tempo, diante do esforço que se faz para repetir ou parafrasear as verdades sobre as culturas predominantes ou não, pois nesse emaranhado todas as teses entrecruzam como objetos ritualizados, sendo uma caracterizada como extensão da outra e vice-versa. Pois o que interessa mesmo é a manutenção do domínio entre classes e, nessa direção, não importa mais o contexto geográfico, mas os benefícios que a linguagem pode reproduzir entre os interessados na manutenção dessa realidade.

Contudo, para Santos (2010), o mundo vive um tempo de grandes transformações, sem, contudo, realizar um novo corte epistemológico, diante da massiva repetição teórica entre os que produz e reproduz o conhecimento. “O grão de verdade da teoria do fim da história está em que ela é o máximo de consciência possível de uma burguesia internacional que vê finalmente o tempo transformado na repetição automática e infinita do seu domínio” (SANTOS, 2010, p. 47).

Finalizando e retornando à lógica de criação do Tocantins, desde os movimentos liderados por Teotônio Segurado, no século XIX, foi caracterizada por uma ideologia de domínio e transformação territorial para satisfazer interesses internos e externos, estrategicamente desenvolvidos por um imaginário de construção de um tempo novo. No contexto global, tomando como referência Santos (1999, p. 29), os reflexos mais visíveis saíram da “lógica econômica capitalista sob a forma neoliberal e a consequente apologia do mercado, da livre iniciativa, do Estado mínimo, e da mercantilização das relações sociais”, na perspectiva de uma neocolonização territorial embasada em uma epistemologia centrípeta dos países do Norte, determinada pela reificação das ações sociais pela difusão de uma linguagem de crise voltada para o enfraquecimento político e cultural das sociedades do Sul, como objeto de submissão em favor da solução pela perda da identidade e das condições satisfatórias de vida.

No Brasil, pode-se dizer que as mudanças globais e regionais possibilitaram “o fortalecimento sem precedentes da cultura de massas e a celebração nela de estilos de vida e de imaginários sociais individualistas, privatistas e consumistas” (SANTOS, 1999, p. 29). Nessa direção, as súbitas alterações culturais e espaciais em uma região distante e de difícil acesso aos espaços de consumo urbano, antes, denunciada por meio

de uma linguagem negativa, após o controle político sobre o território, os estranhos transformaram a linguagem do atraso em uma linguagem de desenvolvimento, calcada na frase de efeito: “Tocantins, Estado da livre iniciativa e da justiça social”. De forma que essa linguagem de estímulo, depois de massificada, repercutiu sob dois ângulos: na população autóctone, uma espécie rara de alienação entre povo e governantes; na população migrante uma forte alienação direcionada no individualismo centrado no oportunismo do ganha, ganha no menor tempo possível.

Para isso, após a consumação da divisão territorial, os espaços públicos foram mais do que duplicados, o Tocantins que contava com menos de 60 municípios, no primeiro ano passou a ter 139, sendo um direcionado a construção da capital. Assim, foi construída a lógica de desterritorialização e reterritorialização dos espaços da antiga região norte de Goiás.

11 Referências bibliográficas

AQUINO, Napoleão Araújo de. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins**. 1996. 214 f. Dissertação (Mestrado e História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG, Programa de Pós-Graduação em História, 1996.

ASKIN, I. F. **O problema do tempo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 220 p.

BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás nos quadros da econômica nacional. 1930-1980**. Goiânia: Ed. da UFG, 2005. 172 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória sertão**. São Paulo: Editora Cone Sul/Unube, 1998. 312 p.

CAMPOS, José Wilson Siqueira. **Os rumos para a prosperidade**. Palmas: Caderno editado pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, 1991. 63 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A “ilusão” da transparência do espaço e a fé cega no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica**. **Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente**, v. 1, n. 1, 2004.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 123 p.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo. Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA -

Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República 2010. 360p. Disponível em http://w3.ufsm.br/gpet/files/pageflip-4001789-487363-lt_Retrato_da_Represso_P-9170061.pdf - acesso em 09 de março de 2012.

CASTRO, Pedro Jorge de. **Missão Cruls: uma trajetória para o futuro**. Brasília: Editora Animatógrafo, 2010. 234 p.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Editora da UCG, 2003. 240 p.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade**. Goiânia: Editora UCG: Editora UFG, 1997. 247p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010. 560 p. (Coleção TRANS).

FERNANDES, António Teixeira. **Os Fenômenos Políticos: sociologia do poder**. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1988. 325 p.

HABERMAS, Jürgen. **A mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1984. 397 p.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992. 224 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

KANT, Emmanuel. **Crítica da Razão pura**. 3. ed. São Paulo: Edições e Publicações Brasil Editora S. A., 1958. 246 p.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A Gênese de Palmas – Tocantins – A Geopolítica de (Re)Ocupação Territorial na Amazônia Legal**. Goiânia: Kelps, 2011. 248 p.

MARTINS, Herbert Toledo. **A fragmentação do território brasileiro: a criação de novos estados no Brasil**. CADERNO CRH, Salvador, n. 35, p. 263-288, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=918&arti>>. Acesso em: 14 out. 2010.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993. 179 p.

MARTINS, Mário Ribeiro. **A Consciência da Liberdade e Outros Temas**. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2011. 616 p.

_____. **Coronelismo no antigo Fundão de Brotas.** Goiânia: Kelps, 2004. 190 p.

MELLO, Márcia Metran de. **Goiânia:** cidade de pedras e de palavras. Goiânia: Ed. da UFG, 2006. 244 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia e História no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005. 154 p.

_____. **Ideologias geográficas – espaço, cultura e política no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 158 p.

_____. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2009. 152 p.

PUREZA, José Manuel. **Linhas Vermelhas, Críticas da Crise-come Política.** Lisboa: Bertrand Editora, 2015. 238 p.

RUSSELL, Bertrand. **Lógica e conhecimento.** Tradução de Pablo Ruben Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 211 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice.** O social e o político na pós-modernidade. 9. edição. Coimbra, Portugal: Almedina 2013. 450 p.

_____. **Pela mão de Alice.** O social e o político na pós-modernidade. 6. edição. São Paulo: Cortez, 1999. 348 p.

_____. **O Direito dos Oprimidos.** 1º V. Coimbra - Portugal: Edições Almedina, 2014. 496 p.

_____. **A Gramática do Tempo:** para uma nova cultura política. IV V. 2. edição, Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2010. 464 p.

_____. **Um discurso sobre as ciências.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004. 92 p.

_____. **A Cor do Tempo Quando Foge.** Porto: Afrontamento, 2001.

_____. **A Crítica da Razão Indolente:** Contra o Desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Uma Cartografia Simbólica das Representações Sociais:** prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. Revista Crítica de Ciências Sociais nº 24, março de 1988 (p. 139-172).

_____. **Portugal:** ensaio contra a autoflagelação. 2ª edição, aumentada. Coimbra, Portugal: Almedina, 2012. 253

SANTOS, Boaventura de Sousa e Maria Paula Meneses. **Epistemologias do Sul.** 2ª edição, Coimbra, Portugal: Almedina, 2010. 586 p.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço:** diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. 217 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2009. 384 p.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo:** globalização e meio técnico. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 176 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular/UNESP/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368p.

SARAH Afonso Rodovalho. **Palmas, do Projeto ao Plano:** o papel do planejamento urbano na produção do espaço. 193 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, 2012.

SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana.** São Paulo: Nobel, 1987. 211p.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve história do Tocantins e de sua gente – uma luta secular.** Brasília: Solo Editores, 1996. 262 p.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. Girassóis de Pedra Palmas. **Imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo.** 2008. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente, 2008. 239 p.

_____. **Palmas, a última capital projetada do século XX.** Uma cidade em busca do tempo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 294 p.

XAVIER, Fernanda Oliveira Rocha. **Palmas: uma capital para todos?** 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciência e Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

Anexos I

12 Atividades previstas no projeto original de Pós-doutoral

nº	Período/meses	Atividades propostas
1	Fevereiro 2015	Leitura das bibliografias específicas – participação de eventos específicos e afins
2	Março 2015	Leitura das bibliografias complementares - participação de eventos específicos à área e afins
3	Abril 2015	Produção de artigo para submissão em revistas/periódicos/eventos
4	Mai 2015	Propor a realização de oficinas sobre o objeto de estudo
5	Junho 2015	Construção de relatório parcial
6	Julho 2015	Fechamento das atividades do primeiro semestre
7	Agosto 2015	Iniciar a redação do relatório final
8	Setembro 2015	Ampliar a problematização do tema a partir das investigações e das orientações e discussões sobre a pesquisa
9	Outubro 2015	Estudos bibliográficos e redação do relatório final
10	Novembro 2015	Estudos bibliográficos e redação do relatório final
12	Dezembro 2015	Apresentar a minuta ao professor Supervisor
	Janeiro 2016	Encerramento da pesquisa – apresentação do relatório final

13 Atividades desenvolvidas na Pesquisa Pós-doutoral

Anexo II

Relatório Final de Pesquisa Pós-doutoral CES – UC, CAPES, UFT

Investigador pós-doutoral: José Manoel Miranda de Oliveira

Supervisor de Pesquisa: Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos

Tema: Divisão Territorial e Democratização do Espaço

Período: fevereiro de 2015 a janeiro de 2016

Apresentação

A institucionalização desta pesquisa de pós-doutoramento iniciou com a apresentação do projeto ao Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos. Após a obtenção do aval do futuro Supervisor e, consecutivamente, do Conselho Científico do CES, o passo seguinte foi submeter o projeto para a apreciação das agências de fomento, a partir dos editais disponíveis no Brasil. No meu caso, tive que recorrer ao CES para alterar as datas do cronograma de pesquisa, porque o prazo para submissão ao edital da CAPES 2014/1 havia expirado. Após a emissão de outra carta de aceite, o cronograma ficou em concordância com o edital CAPES 2014/2. Após o trâmite, no dia 05 de novembro de 2014, a CAPES emitiu a carta de aviso de concessão de uma bolsa pós-doutoral para desenvolver o projeto em 12 meses, conforme estava no cronograma.

Após ter chegado a Portugal, no dia 06 de fevereiro de 2015, tive o primeiro encontro com a Senhora Secretária do CES, Doutora Alexandra Pereira, neste encontro, foram-me repassadas todas as informações sobre o funcionamento operacional e institucional do CES e UC em relação aos investigadores de pós-doutoramento, incluindo salas, biblioteca, setores de apoio, informática/internet, reprografia e todos os meios necessários e disponíveis aos pesquisadores, englobando a disponibilização de apoio para questões particulares, envolvendo residência, visto e outros, de acordo com as necessidades individuais.

Depois da organização da minha vida extra CES-UC, no dia 09 de fevereiro, após encaminhamento de uma solicitação ao Senhor Diretor-Executivo do CES, Professor Doutor João Paulo Dias, fui devidamente instalado em um espaço/sala contendo todos os equipamentos necessários para desenvolver as atividades previstas. No dia 02/03/2015, tive o primeiro encontro de supervisão com o Professor Doutor Boaventura, neste encontro, discutimos o formato inicial do projeto de pesquisa e as sugestões para as adequações futuras e para receber, como é de costume, as boas-vindas ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Durante o estágio em Coimbra, participei de eventos de natureza diversas, como das reuniões didático-metodológicas do CES e das promovidas pelo Núcleo de Estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito, do qual permaneci vinculado. Todos os eventos, direta e indiretamente, foram eficazes para a construção dos objetivos da pesquisa e, ao mesmo tempo, ampliar de forma interdisciplinar conhecimentos e experiências sobre a minha prática de docente ligado à formação de professores.

Em relação aos encontros que tive com o Supervisor, todos foram importantes para que a pesquisa pudesse seguir um rumo mais eficaz do ponto de vista teórico-metodológico, mesmo diante das diversidades e adversidades do conhecimento científico no âmbito dos dois hemisférios ocidentais. Todas essas questões foram ampliadas por Boaventura por meio das aulas Magistrais ministradas, em 2015, associadas a constantes atualizações através do lançamento de livros interligando a diacronia do tempo e do espaço às emergências política, econômica, cultural e social da Europa, América do Sul, do Norte, África e outras realidades em curso.

Enfim, durante a minha permanência no CES – UC, efetivamente, participei de uma gama importante e avançada de debates sobre hipóteses, teses e dissertações envolvendo o atual cenário político, social, territorial, acadêmico e científico do mundo por pesquisadores de diferentes geografias, perfis e ideologias. Portanto, a minha participação no Programa de Pós-Doutoramento do CES – UC será de grande valia para a ampliação da minha visão de professor e pesquisador de uma universidade recém-criada, no portal da Amazônia Legal Brasileira.

Portanto, este relatório representa apenas partes do que realmente pude absorver nos 12 meses ininterruptos de estudos, interligados às viagens de turismo cultural direcionado ao reconhecimento e validação do meu pensamento sobre o contexto histórico, filosófico, político, etnográfico, antropológico e científico, em Portugal e em outras partes da Europa. Essa experiência só foi possível de se realizar, mediante ao apoio da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), e *pelas condições disponibilizadas pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES – UC)*.

Diário das atividades realizadas

1. 05/02/2015 - Chegada à Coimbra.
2. 10/02/2015 - Início das leituras e visitas às bibliotecas (do CES e UC).
3. 16/02/2015 - Submissão de resumo ao Seminário Internacional sobre Diversidade de Saberes Sobre a América Latina - <http://edisportal.org/simposium2015/2cfp/posters/1168-oliveira,-jos%C3%A9-manoel-miranda-de>
4. 18/03/2015 - Participação no Seminário Internacional Perspectivas interdisciplinares sobre educação, história e eurocentrismo em Portugal e no Brasil. Amílcar Araújo Pereira, Benjamin Xavier de Paula, Marta Araújo e Warley da Costa. 18 de março de 2015, 15h00, Sala 1, CES-Coimbra. http://www.ces.uc.pt/eventos/eventos.php?ano=2015&id_lingua=1§or=CES&tipo=eventos&site=eventos#Março
5. 19/03/2015 - Participação na Oficina: "Formação sobre avaliação de revistas", com Bibliotecária responsável Maria José P. F. Carvalho do CES. http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=11432&id_lingua=1&pag=11433
6. 20 e 21/03/2015 - Participação no V Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES: "Poderes Emergentes, Continuidades e Transformações". 20 e 21 de março de 2015 Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. <http://www.ces.uc.pt/coloquiodoutorandos2015/>
7. 20/06/2015 a 30/04/2015 - Estudos bibliográficos e revisão do projeto de pós-doc. 18/05 a 01/06/2015- Conclusão do artigo final para os anais do Seminário Internacional CES.
8. 28/05/2015 - Participação no Seminário Fragmentos do diário de um cartógrafo: em busca da redução de danos em Portugal Ricardo Wagner Machado da Silveira (Universidade Federal de Uberlândia) 28 de maio de 2015, 14h00, Sala 2, CES-Coimbra. http://www.ces.uc.pt/eventos/eventos.php?ano=2015&id_lingua=1§or=CES&tipo=eventos&site=eventos#Maio
9. Dias 4,5/06/15 - Revisão da literatura da pesquisa.
10. 16/06/2015 - Participação no Seminário As deslocações de uma figura. A metáfora da tradução e as teorias pós-coloniais Fabrice Schurmans (CES) 16 de junho de 2015, 10h00, Sala 2, CES-Coimbra http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=11875&id_lingua=1

11. 17/06/2015 - Participação na Sessão pré-Simpósio EDiSo Os Discursos do Presente: de que falamos quando falamos de discurso? 17 de junho de 2015, 14h00, Sala 1, CES-Coimbra
http://www.ces.uc.pt/eventos/eventos.php?ano=2015&id_lingua=1§or=CES&tipo=eventos&site=eventos#Junho
12. 26/06/2015 - Participação no II Encontro – Projeto “Novos Direitos Humanos”- Integrado no Cido Internacional de Debates Cidadanistas - Transatlântico na Delegação Regional de Coimbra da Universidade Aberta.
13. 26/06/2015 - Participação no Seminário Urbanismo estratégico y corporalidades: patrones de circulación y formas expressivas de la experiencia urbana contemporánea. Belén Espoz (CONICET), Centro de Estudos Sociais – CES.
http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=11873&id_lingua=1
14. 09/07/2015 - Participação no Seminário Educação, Comunicação e Direito: formação, pensamento pedagógico e experiências, apresentado por Gildemarks Costa e Silva, Itamar de Moraes Nobre e Zéu Palmeira Sobrinho, no Centro de Estudos Sociais – CES.
http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12336&id_lingua=1
15. 15/07/2015- Encontro com o Professor Boaventura. Neste discutimos as abordagens epistemológicas que estão sendo utilizadas na construção do relatório e as possibilidades de correlação entre um problema local/regional, nacional e internacional em relação ao atual contexto dos processos político, social, cultural e econômico de Portugal.
16. 15/07/2015 - Participação no Seminário Imaginarios, teorizaciones y prácticas sociales en conflicto en torno a la comunicación y al cambio social.
http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12355&id_lingua=1
17. 02/09/2015 Participação no Seminário. O professor de línguas interculturalista: perspetivas para a educação linguística do século XXI Edleise Mendes Oliveira Santos (CES). http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12292&id_lingua=1
18. Dias 03/09 a 15/09 de 2015. Construção de resumos para serem submetidos a eventos. Construção da proposta de seminário de interação e avaliação de relatórios de pesquisas para o mês de outubro de 2015.
19. Submissão de abstract no evento - Da descolonização ao pós-colonialismo: perspectivas pluridisciplinares. Fundação Calouste Gulbenkian - Associação Internacional de Lusitanistas de Porto Portugal. Inscrição; GLOCADEMICS: Relações de poder entre línguas/culturas em equipas de investigação no mundo académico global e pós-colonial.
http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12484&id_lingua=1

20. 22/09/2015 – Participação na Oficina GLOCADEMICS: Relações de poder entre línguas/culturas em equipas de investigação no mundo global e pós-colonial - Maria Manuela Guilherme (CES) 22 de setembro de 2015, 10h00, Sala 2, CES-Coimbra. http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12484&id_lingua=1 10h00-11h00 – Apresentação do projeto 11h00-13h00 – Apresentação e discussão dos resultados preliminares da 1ª fase do projeto. 14h30-17h30 – Discussão do quadro conceptual do projeto - Glocal Languages vs. Língua Franca; - Intercultural Responsibility vs. Intercultural Competence- Glocademics vs. Academic Internationalization Seminário
21. 23/09/2015 – Participação no Seminário [Desarrollo local desde una perspectiva crítica de Derechos Humanos](#) Jesús Delgado Baena (Universidad Pablo de Olavide/Instituto Joaquín Herrera Flores). 23 de setembro de 2015, 17h00, Sala 2, CES-Coimbra. **Resumo** ¿Es el modelo actual de Desarrollo Local de Rafaela, generado desde 1991, un modelo que genera dignidad humana; procesos de emancipación y por lo tanto genera un modelo de desarrollo acorde un enfoque crítico de derechos Humanos? http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12624&id_lingua=1
22. Participação no Colóquio Internacional 25/09/2015 Luanda e Maputo: O espaço urbano na literatura - 25 de setembro de 2015, 10h00, Sala 1, CES-Coimbra. Todas as cidades têm a sua história. Também assim Luanda e Maputo. Luanda, situada na costa atlântica, de influência arquitetónica e urbanística luso-brasileira. Maputo, situada à beira Índico, goza de outras influências que misturam África, Portugal e Índia com a matriz britânica, via a África do Sul. O mundo destas cidades é particularmente heterogéneo: nelas entrelaçam-se temporalidades, espacialidades e valores políticos. http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12612&id_lingua=1
23. 02/11/2015 - Participação no Seminário Processos de invenção, transposição, subversão da colonialidade e emancipação nas relações de cooperação SUL-SUL: o caso de Timor-Leste. Daniel Simião, Irlan von Linsingen, Kelly Silva e Suzani Cassiani - 2 de novembro de 2015, 15h00, Sala 1, CES-Coimbra http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12811&id_lingua=1
24. Dias 18, 19 e 20 - participação no 5º FORGES 2015. 5ª Conferência FORGES. Coimbra Portugal 18,19 e 20 de novembro de 2015. <http://www.aforges.net/>
25. 24/11/2015 – Participação no Seminário e apresentação de livro. The Portuguese Massacre of Wirivamu in Colonial Mozambique, 1964-2013 António Sousa Ribeiro, Participação no Seminário com Boaventura de Sousa Santos, Manuel Loff, Maria Paula Meneses, Mustafah Dhada e Natércia - Coimbra 24 de novembro de 2015, 15h00, Sala 1, CES-Coimbra.

http://www.ces.uc.pt/eventos/eventos.php?ano=2015&id_lingua=1§or=CES&tipo=eventos&site=eventos#Novembro

26. Todos os outros dias não citados foram utilizados para estudos, pesquisas bibliográficas, escrituração do relatório, viagens de lazer e reconhecimentos de aspectos históricos, antropológicos, sociais, urbanos e culturais.

Capítulos de livros publicados

1. OLIVEIRA, José Manoel Miranda de. Da construção de Palmas à consolidação do Tocantins. In Reis, Patrícia Orfila Barros dos. Palmas – um projeto e múltiplos olhares/ Patrícia Orfila Barros dos Reis – Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins/ EDUFT, 2015. 143 p.
2. OLIVEIRA, José Manoel Miranda de. FUNDAMENTOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO HISTÓRICO. In Roberto Francisco de Carvalho (Org.). Editora da PUC Goiás, 2015. 224 p.

Participação em eventos com apresentação de trabalhos

1. 4 e 5 maio de 2015 - Seminário Internacional Diversidade de Saberes Sobre a América Latina 4 e 5 de maio de 2015, Sala 1, CES-Coimbra, com a presença do Supervisor de Pesquisa.
http://www.ces.uc.pt/eventos/eventos.php?ano=2015&id_lingua=1§or=CES&tipo=eventos&site=eventos#Maio
2. De 17 a 20/06/2015 - **II Simpósio Internacional EDiSo Discursos e Sociedades em Movimento** - Dia 19 sexta • viernes • divendres • Friday - 13h a 14h30 - Posters - Almoço.
<http://www.edisoportal.org/symposium2015/2cfp/posters/1168-oliveira,-jos%C3%A9-manoel-miranda-de>
3. 08/07/2015 - **Seminário:** Seminário Território, Comunicação e Poder: Aproximações ao pensamento de Boaventura de Sousa Santos. Inesita Soares de Araújo (CES); José Manoel Miranda de Oliveira (CES), com a presença do Supervisor de Pesquisa. Além da experiência sobre a formulação de um evento, a apresentação, em relação ao meu projeto de pesquisa as análises feitas pelo Professor Boaventura, foram importantes para a evolução da pesquisa.
http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?ano=2015&id_lingua=1
4. 28/10/2015 – Seminário. Políticas, Cultura e Territorialidades - Noção de espaço entre diferentes escalas, tempo e interesses. Andrea Carla de Azevêdo, Daniela Cordovil, José Manoel Miranda de Oliveira e Nivia Valença Barros 28 de outubro de 2015, 09h00, Sala 2, CES-Coimbra.

http://www.ces.uc.pt/eventos/eventos.php?ano=2015&id_lingua=1§or=CES&tipo=eventos&site=eventos#Outubro

5. De 11 a 13/11/2015 Congresso <https://decolonisationcongress.eventqualia.net/pt/2015/apresentacao/> Da descoçlonização ao pós-colonialismo: perspectiva pluridisciplinares 11 a 13 de novembro de 2015, Universidade do Porto. **Tema: Espaço, Tempo, Interesse e (Des)Territorialização, José Manoel Miranda de Oliveira** (Centro de Estudos Sociais-CES - UC, CAPES, UFT. <https://decolonisationcongress.eventqualia.net/pt/2015/programa-copy/12-de-novembro/>

Organização de eventos

1. 08/07/2015 - **Seminário:** Seminário Território, Comunicação e Poder: Aproximações ao pensamento de Boaventura de Sousa Santos. Inesita Soares de Araújo (CES); José Manoel Miranda de Oliveira (CES) http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?ano=2015&id_lingua=1
2. 28/10/2015 – Seminário. Políticas, Cultura e Territorialidades - Noção de espaço entre diferentes escalas, tempo e interesses. Andrea Carla de Azevêdo, Daniela Cordovil, José Manoel Miranda de Oliveira e Nivia Valença Barros 28 de outubro de 2015, 09h00, Sala 2, CES-Coimbra. http://www.ces.uc.pt/eventos/eventos.php?ano=2015&id_lingua=1§or=CES&tipo=eventos&site=eventos#Outubro

Submissão de trabalhos em revistas

1. 29/07/2015 - Submissão do artigo: DIVISÃO TERRITORIAL E A RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO, HOMEM E TEMPO. Revista Caminhos de Geografia da UFU. <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/author/submission/31789>

Participação nas atividades de pesquisas do Supervisor ou extensivos ao CES-UC

1. 06/03/2015 - Aula Magistral - Europa do Sul e América Latina: aprendizagens globais Boaventura de Sousa Santos (CES) 6 de março de 2015, 16h00, Auditório, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra TRANSMISSÃO STREAMING EM DIRETO. 06/03/2015 - Apresentação de livro. - “O direito dos oprimidos” de Boaventura de Sousa Santos 6 de março de 2015, 19h00, Livraria Almedina Estádio Cidade de Coimbra. http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=11378&id_lingua=1 http://www.ces.uc.pt/eventos/eventos.php?ano=2015&id_lingua=1§or=CES&tipo=eventos&site=eventos#Abril

2. 10/04/2015 - Apresentação de livro - Aula Magistral ministrada pelo Professor Boaventura, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - para que servem as Constituições Auditório da FEUC “A justiça popular em Cabo Verde” de Boaventura de Sousa Santos 10 de abril de 2015, 19h00, Livraria Almedina Estádio Cidade de Coimbra.
http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=11382&id_lingua=1
3. 15/05/2015 - Aula Magistral: Boaventura de Sousa Santos Povo, populismo e democracia Boaventura de Sousa Santos (CES) 15 de maio de 2015, 16h00, Auditório, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Apresentação e lançamento do livro: “Para uma revolução democrática da justiça” de Boaventura de Sousa Santos, 15 de maio” de 2015, 19h00, Livraria Almedina Estádio Cidade de Coimbra.
http://www.ces.uc.pt/eventos/eventos.php?ano=2015&id_lingua=1§or=CES&tipo=eventos&site=eventos#Maio
4. Dias 16/06/2015 - Ciclo Cátedra de Boaventura de Sousa Santos em Ciências Sociais - Religião e Epistemologia do Sul. Apresentado por Juan José Tamayo – Diretor da Cátedra de Teologia e Ciência das Religiões Ignacio Ellacuría da Universidade de Carlos III, no Centro de Estudos Sociais – CES.
http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12047&id_lingua=1
5. 18/06/2015 - Conferência - Ciclo Cátedra de Boaventura de Sousa Santos em Ciências Sociais Utopía y esperanza en el itinerario intelectual de Ernst Bloch Juan José Tamayo (Diretor da Cátedra de Teologia e Ciência das Religiões Ignacio Ellacuría da Universidade Carlos III) 18 de junho de 2015, 17h00, Sala Keynes, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12061&id_lingua=1

Eventos transversais aos objetos da minha pesquisa

1. De 11/02/2015 a 18/02/2015 participação no Workshop de Internacionalização do Currículo sob a perspectiva da Educação - Intercultural, ministrado pelo professor José Marcelo Freitas de Luna, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
http://www.uc.pt/fluc/agenda/workshop_marcelo_luna
2. 14/07/2015 - **Tecnologia social, educação e ação política: reflexões a partir de experiências do Brasil e Timor-Leste.** Apresentado por **Henrique T. Novaes. UNESP – Marília e Irlan Von Linsingen, Centro de Estudos Sociais – CES.**
http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12241&id_lingua=1

3. 29/10/2015 **Gender workshop** ["Is there an outside to Nature?" Sobre o "novo materialismo" nos estudos feministas da ciência](http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?ano=2015&id_lingua=1) João Arriscado Nunes (CES) 29 de outubro de 2015, 17h00, Sala 2, CES-Coimbra. http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?ano=2015&id_lingua=1
4. 09/11/2015 Seminário [Desigualdade em saúde nos países do sul da Europa: Os casos de Portugal e Itália](http://www.ces.uc.pt/eventos/eventos.php?ano=2015&id_lingua=1§or=CES&tipo=eventos&site=eventos#Novembro). Mauro Serapioni (CES) aula Santana (Geógrafa/ICEGOT/Universidade de Coimbra) 9 de novembro de 2015, 15h00, Sala 2, CES-Coimbra. http://www.ces.uc.pt/eventos/eventos.php?ano=2015&id_lingua=1§or=CES&tipo=eventos&site=eventos#Novembro
5. Seminário 13/11/2015 - Violência contra meninas: análise comparada entre Portugal e Brasil por Nívia Valença Barros (CES) http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12958&id_lingua=1
6. [Semana da Consciência Negra no CES de 19 a 20 de novembro de 2015](http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?ano=2015&id_lingua=1) http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?ano=2015&id_lingua=1